



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 29 de dezembro de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº244 | Suplemento 9/29 | Preço: R\$ 21,97

PODER EXECUTIVO (Continuação)

(CONTINUAÇÃO) LEI Nº18.662, de 27 de dezembro de 2023.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2024-2027.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faça saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL DO ESTADO

Art. 1.º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 203 da Constituição Estadual.

Art. 2.º O Plano Plurianual 2024-2027 é o instrumento de planejamento governamental, no âmbito da Administração Pública Estadual, que orienta a implementação de políticas públicas e se pauta pelo conjunto de premissas:

- I – Gestão Pública para Resultados;
- II – Participação cidadã;
- III – Promoção do desenvolvimento territorial e sustentável (econômico, social e ambiental); e
- IV – Intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 3.º O PPA 2024-2027 organiza a atuação estadual, sendo estruturado em 3 (três) bases: Estratégica, Tática e Operacional, cujos elementos centrais são os Eixos, os Temas, os Programas e as Ações, assim definidos:

I – Eixo – componente da Base Estratégica, representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de promover o contínuo avanço do desenvolvimento sustentável do Ceará. São atributos do Eixo:

- a) Resultado estratégico – tradutor da situação futura que se deseja visualizar no Eixo, medido por indicadores de impacto; e
- b) Indicador estratégico – indicador de impacto, representando um instrumento que permite aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Eixo, gerando subsídios para seu monitoramento e sua avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

II – Tema – componente da Base Estratégica, consiste em desdobramento do Eixo na figura das diversas políticas públicas estaduais e pode ser setorial ou intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na execução de seus programas. São atributos do Tema:

- a) Resultado temático – tradutor da situação futura que se deseja visualizar no Tema, medido por indicadores temáticos; e

b) Indicador temático – indicador de resultado da política pública, representando um instrumento que permite aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Tema, gerando subsídios para seu monitoramento e sua avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano;

III – Programa – componente da Base Tática, consiste no instrumento de organização da ação governamental, visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas quanto dos eixos, na perspectiva da solução ou amenização de problemas, atendimento de demandas ou criação/aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento para a população cearense. O Programa deve ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação, podendo ser:

a) Finalístico – gera bens e serviços para a sociedade, prioritariamente, ou para o governo, de forma secundária. São atributos principais do Programa Finalístico:

1. Órgão Gestor – é responsável pela coordenação e gestão do Programa. Na perspectiva de cumprimento da premissa da Intersetorialidade, o Gestor tem a missão de coordenar os trabalhos dos diversos Executores das entregas previstas no Programa;

2. Justificativa – declara o que motivou a elaboração do Programa, isto é, o problema, a demanda ou a oportunidade que justifica sua execução. Deve apresentar o contexto que ensejou a criação do Programa;

3. Público-alvo – representa grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores beneficiados pelas entregas do Programa. Representa o(s) segmento(s) da sociedade para o(s) qual(is) o Programa foi construído, ou seja, aquele(s) a serem beneficiados de forma direta pelas entregas do Programa;

4. Objetivos específicos – expressam para que será realizado o Programa, abrangendo recortes no tratamento de um problema específico, atendimento de determinada demanda social ou potencialização de oportunidades. Detalham e delimitam o que se espera alcançar no âmbito do Programa e como contribuirá para o alcance do resultado final de determinada política (resultado temático);

5. Entrega – traduz o bem ou o serviço que o público-alvo receberá na busca pelo alcance dos objetivos específicos, ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do Plano, com metas regionalizadas, conforme a Lei Complementar n.º 154, de 2015, para 2024 e para o período 2025-2027; e

6. Valor global – refere-se à totalidade dos recursos orçamentários e extraorçamentários, alocados para a realização do Programa no período do Plano, com indicativo de valores para 2024 e para o período 2025-2027;

b) Administrativo – está voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado, contemplando Objetivos Específicos e Entregas padronizadas para todos os órgãos e entidades, destinados ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. O Programa Administrativo possui os mesmos atributos do Programa Finalístico, apresentados nos itens 1 a 6 da alínea “a” deste inciso;

c) Especial – não contribui, de forma direta, para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não gera entregas à sociedade nem ao governo, tais como: ações relativas ao pagamento da dívida pública, cumprimento de decisões judiciais, aquisição e resgate de títulos de responsabilidade do Tesouro Estadual, previdência social e outras operações especiais que não ensejam contraprestação direta sob a forma de bens e serviços. O Programa Especial só não possui o atributo da Entrega, pelo motivo já mencionado nesta alínea;

IV – Ação – componente da Base Operacional consiste no ato governamental necessário para a concretização dos bens e serviços (Entrega) que o público-alvo dos Programas receberá em cada ano do PPA. A Ação pode ou não necessitar de aporte de recursos financeiros para sua implementação, classificando-se, nesse contexto, da seguinte forma:

a) Não orçamentária – quando não há necessidade de aporte de recursos financeiros;

b) Orçamentária – quando os recursos financeiros previstos compõem o Orçamento Público Estadual; e

c) Extraorçamentária – quando os recursos financeiros não compõem o Orçamento Público Estadual, uma vez que são aplicados na Entrega de forma direta por outras entidades (federais, municipais ou mesmo recursos privados).

Parágrafo único. Para cada indicador temático será estabelecida a meta ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do PPA.

Art. 4.º O PPA contempla ainda Temas Transversais, os quais reúnem Eixos, Temas e Programas que, por intermédio das ofertas declaradas nos Objetivos Específicos, contribuem para a consecução dos resultados esperados para o público abrangido pelas temáticas transversais.

Parágrafo único. Compõem os Temas Transversais no âmbito do PPA 2024-2027: Atenção à Pessoa com Deficiência, Atenção à Pessoa Idosa, Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres, Igualdade Étnico-Racial, Inclusão e Direitos da População LGBTI+, Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude, Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência e Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas.

Art. 5.º Integram o PPA 2024 a 2027 os seguintes Anexos:

I – Estrutura do Plano Plurianual 2024-2027;

II – Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas;

III – Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros;

IV – Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamento;

V – Alinhamento com as Diretrizes Regionais;

VI – Temas Transversais;

VII – Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS; e

VIII – Alinhamento com os Objetivos do Plano de Longo Prazo – PLP.

Parágrafo único. Além dos anexos acima mencionados, excepcionalmente para o ano de 2024, integrará o PPA 2024 a 2027 o Anexo IX – Metas e Prioridades 2024, em atendimento ao disposto no art. 2.º da Lei n.º 18.430, de 21 de julho de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 6.º As metas e prioridades constantes dos respectivos Anexos das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverão estar em consonância com os resultados esperados no âmbito do PPA 2024 a 2027, observando, preferencialmente, no momento da indicação das entregas, o alinhamento aos seguintes critérios de seleção:

- I – Diretrizes Regionais priorizadas pela população;
- II – Resultados dos Temas Transversais;
- III – Objetivos do Planejamento de Longo Prazo; e
- IV – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 7.º Os Programas constantes do PPA 2024-2027 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e naquelas que as modifiquem.

§ 1.º Para os programas Finalístico e Administrativo constantes do PPA 2024-2027, cada Ação, componente da Base Operacional, estará vinculada a uma única Entrega.

§ 2.º As ações vinculadas às entregas do PPA 2024-2027, ainda que não tenham previsão inicial de recursos orçamentários, poderão constar na Lei Orçamentária Anual – LOA, durante o exercício do PPA, quando necessitarem de recursos financeiros, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.

§ 3.º As vinculações entre ações e entregas do PPA 2024-2027 também constarão em demonstrativo específico nas leis orçamentárias anuais quando tiverem previsão de recursos para o seu exercício correspondente.

§ 4.º Caso haja necessidade de uma nova ação orçamentária que não possua Entrega correspondente durante a execução do PPA 2024-2027, essa Entrega poderá ser criada por meio do mesmo crédito especial que contemple a criação da nova ação, a fim de garantir a integração dos instrumentos de planejamento.

Art. 8.º O valor global e as metas dos programas não constituem limite à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e naquelas que as modifiquem.

Art. 9.º Os orçamentos anuais, bem como suas alterações por créditos adicionais, atualizarão os valores orçamentários dos programas para o período 2024-2027, podendo implicar em ajustes nas metas das entregas, conforme o disposto no art. 13 desta Lei.

Art. 10. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2024-2027, serão orientados para o alcance dos resultados constantes deste Plano, em atendimento à premissa da Gestão para Resultados.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Seção I
Aspectos Gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2024-2027 consiste no desenvolvimento e na articulação de instrumentos necessários à viabilização e ao acompanhamento dos resultados dos eixos e temas e dos objetivos e das entregas dos programas, essencialmente dos finalísticos, de modo a garantir a realização da dimensão estratégica do planejamento e da ação governamental.

Art. 12. As revisões, o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual 2024-2027 constituem instrumentos fundamentais para aprimorar a atuação estadual por meio dos programas idealizados, possibilitando o realinhamento das intervenções realizadas e implicando na renovação das estratégias adotadas para o alcance dos resultados pretendidos.

Seção II
Das Revisões

Art. 13. Considera-se revisão do PPA 2024-2027 a inclusão, exclusão, alteração ou adequação de eixos, temas e programas.

§ 1.º A revisão de que trata o caput, ressalvados os casos de adequação, dispostos nos §§ 4.º e 5.º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei, sempre que necessário, no caso de inclusão ou exclusão de eixos, temas e programas, incluindo os temas transversais.

§ 2.º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam eixos, temas e/ou programas deverão conter todos os respectivos atributos desses elementos.

§ 3.º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou alteração de objetivos específicos e entregas, com respectivas metas, bem como a inclusão de ações que não necessitem de aporte de recursos orçamentários.

§ 4.º O Poder Executivo, para alinhar a implementação do Plano à dinâmica do panorama socioeconômico, para aperfeiçoar a mensuração dos seus resultados e para atender ao disposto nas leis orçamentárias anuais e nos créditos adicionais, fica autorizado a, por meio de decreto, promover a adequação dos eixos, temas e programas no caso de:

- I – inclusão, exclusão ou alteração de indicadores estratégicos e temáticos, com correspondentes metas, bem como redefinição das metas dos indicadores;
- II – melhoria nos enunciados dos indicadores estratégicos e temáticos e dos objetivos específicos, desde que não altere sua finalidade precípua;
- III – redefinição do quantitativo e da regionalização das metas das entregas; e
- IV – ajuste nas vinculações entre ações e entregas, visando à garantia da integração dos instrumentos de planejamento.

§ 5.º O Poder Executivo fica autorizado também a, de forma gerencial, promover as seguintes adequações:

- I – alterar o órgão gestor do Programa;
- II – ajustar a definição das entregas, quando necessário, para tornar a linguagem mais clara e acessível, desde que não implique em alteração de sua essência;
- III – ajustar vinculações das entregas às Diretrizes Regionais, aos Temas Transversais, ao Planejamento de Longo Prazo e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- IV – atualizar os Anexos desta Lei a partir dos processos de revisão; e
- V – ajustar o ano e o valor de referência dos indicadores estratégicos e temáticos.

§ 6.º Caberá à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – Seplag definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para a realização das situações de revisão de que trata o caput deste artigo.

§ 7.º O Poder Executivo, para proporcionar execução de estratégias urgentes e não previstas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, fica autorizado a, por meio de decreto, promover a alteração de programas, nas situações previstas no § 3.º deste artigo, dando imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Seção III
Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 14. O Plano Plurianual será monitorado quadrimestralmente para averiguação de seu desempenho ao longo de sua vigência, considerando as variações no comportamento dos indicadores e as realizações dos programas.

§ 1.º Caberá à Seplag, como coordenadora do planejamento estadual, definir diretrizes, abrangência e orientações técnicas para o monitoramento do Plano junto aos órgãos e às entidades estaduais.

§ 2.º O monitoramento da Base Tática do Plano contempla as seguintes etapas:

- I – acompanhamento da execução das entregas, de forma regionalizada, bem como o relato das possíveis dificuldades, com foco na consecução das metas planejadas;
- II – monitoramento dos programas finalísticos, contendo a consolidação das principais realizações e análise geral da execução a partir das informações registradas no acompanhamento das entregas.

§ 3.º O monitoramento dos indicadores estratégicos e temáticos será realizado anualmente, ou em período menor, durante o monitoramento quadrimestral, caso haja disponibilidade de dados, e na perspectiva da análise de seu comportamento, relacionando-o à meta estabelecida, no caso dos indicadores temáticos, considerando, também, a sua relação com as entregas do PPA que influenciam em seu resultado.

§ 4.º Os períodos de monitoramento do Plano serão acumulativos e assim definidos: janeiro a abril, janeiro a agosto e janeiro a dezembro de cada ano de vigência do Plano.

§ 5.º Para cada período mencionado no § 4.º, os órgãos e as entidades executores do Plano terão até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após o término do quadrimestre correspondente, para a realização de todas as etapas do monitoramento da Base Tática do Plano, mencionadas nos incisos I a II do § 2.º deste artigo.

§ 6.º O eventual descumprimento do prazo estabelecido no § 5.º ensejará automaticamente bloqueio do Programa para execução orçamentária, até que a situação seja normalizada, ressalvados os casos em que nenhum órgão ou entidade executora do Programa tenha dado ensejo ao referido descumprimento de prazo.

§ 7.º As informações sobre o monitoramento do PPA 2024-2027 serão disponibilizadas, em formato sintético e com linguagem simplificada e de fácil acesso, no sítio eletrônico da Seplag e na Plataforma Ceará Participativo, para amplo acesso dos órgãos de controle e da sociedade.

§ 8.º No último ano de vigência do PPA, excepcionalmente, será realizado apenas o monitoramento do segundo e do terceiro quadrimestres, considerando ser um ano de nova gestão governamental, que historicamente implica em mudanças na estrutura administrativa do estado, bem como ser também um ano de elaboração de um novo PPA.

Art. 15. O Poder Executivo realizará avaliações bienais do Plano, disponibilizando seus resultados por meio de um relatório para consulta ampla no sítio eletrônico da Seplag e na Plataforma Ceará Participativo.

Parágrafo único. O Relatório de Avaliação de que trata o caput conterá análise de eficiência, eficácia e efetividade da implementação do Plano, contendo, no mínimo:

I – avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas consideradas quando da elaboração do Plano;
II – avaliação do desempenho da Base Estratégica, tendo como referência a análise do comportamento dos indicadores estratégicos e temáticos em relação às expectativas de desempenho esperadas;

III – avaliação dos programas finalísticos, considerando o cumprimento das metas das entregas que contribuíram para o alcance dos objetivos específicos e resultados;

IV – demonstrativo da execução orçamentária acumulada, conforme os períodos de que trata o caput deste artigo, por Região de Planejamento, Eixo, Tema e Programa Finalístico; e

V – avaliação acerca da implementação das diretrizes regionais priorizadas pela sociedade no processo de planejamento participativo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Poder Executivo publicará, no prazo de até 90 (noventa) dias após a aprovação do Plano Plurianual e de suas revisões, o Plano atualizado, incorporando todos os ajustes realizados pelo próprio Poder Executivo e as alterações promovidas pela Assembleia Legislativa, quando for o caso.

Art. 17. A Seplag manterá em seu sítio na internet o Plano Plurianual, devendo atualizá-lo, incorporando as alterações advindas de suas revisões.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de dezembro de 2023.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: CURSO OFERTADO

Definição: Refere-se aos cursos que impactam nas competências digitais dos servidores públicos, cuja mensuração dar-se-á a partir da quantidade de cursos em transformação digital ofertados a servidores efetivos e exclusivamente comissionados e a magistrados.

Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação de soluções tecnológicas, como softwares, aplicativos, serviços digitais e desenvolvimento de sistemas que impactam nos setores relacionados à governança e gestão do Judiciário Cearense, cuja mensuração dar-se-á a partir da quantidade de soluções implantadas. O Promojud, no Componente 2, "Transformação Digital para Fortalecer a Governança e a Gestão", planeja contratar, desenvolver ou adquirir algumas soluções tecnológicas, tais como: soluções de gestão orçamentária e financeira; de custos; de arrecadação; de recursos sob custódia; plataforma de automação de processos e atendimento, dentre outras, para otimização e modernização da área administrativa. Inclui ainda ações voltadas à implementação de modelo de Gestão e Monitoramento do Promojud, que envolve a administração, auditoria e avaliação do Programa, previstas no Componente 3.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
		Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro	Físico	Financeiro
CURSO OFERTADO	Unidade	Sim	5	1.499.429,00	11	1.577.762,00	3.077.191,00	16	3.077.191,00
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	13.238.320,00	3	13.929.922,00	27.168.242,00	5	27.168.242,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	1.745.150.526,00	5.603.055.348,00	7.348.205.874,00
DESPESAS CORRENTES	1.639.975.044,00	5.303.281.804,00	6.943.256.848,00
DESPESAS DE CAPITAL	105.175.482,00	299.773.544,00	404.949.026,00
Total	1.745.150.526,00	5.603.055.348,00	7.348.205.874,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		1.416.406.238,00	4.534.998.622,00	5.951.404.860,00
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO		300.457.123,00	976.615.361,00	1.277.072.484,00
04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS		8.254.765,00	26.630.906,00	34.885.671,00
04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA		20.032.400,00	64.810.459,00	84.842.859,00
Total		1.745.150.526,00	5.603.055.348,00	7.348.205.874,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

193 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

Órgão Gestor: 53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Órgãos Executores

53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Justificativa: Historicamente, existe uma crescente demanda social buscando combater a corrupção e o abuso no exercício da atividade policial e segurança penitenciária, visto que a conduta profissional de alguns agentes de Segurança Pública e do sistema penitenciário tem sido objeto de críticas por parte da sociedade. Nos últimos cinco anos, a Controladoria Geral de Disciplina recebeu 18.045 denúncias envolvendo estes profissionais, ou seja, em média 3.609 por ano, que se transformam em investigações preliminares, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, conselhos de disciplina e/ou de justificação, com a finalidade de apurar e aplicar as sanções legais cabíveis.

Diante disto, o Governo do Estado vem demonstrando preocupação em relação à eficácia e à correição dos serviços prestados por estes agentes. Além disso, a apuração das transgressões disciplinares ganham notoriedade pelo fortalecimento da transparência da administração pública, o que exige agilidade nas respostas do Governo. Neste cenário, o controle disciplinar expressa sua relevância como política pública e se faz necessário com o intuito de investigar, reeducar, corrigir e punir os abusos administrativos praticados pelos agentes da Segurança Pública e do sistema penitenciário, em ações que excedam aos limites da Lei. Visa dar uma nova dimensão para a questão disciplinar desses servidores, que assegure à sociedade a transparência, a legalidade e o senso de justiça, que são requisitos essenciais à atuação do controle disciplinar, exercido com competência técnica e em observância aos princípios constitucionais.

Público Alvo: Profissionais dos sistemas de Segurança Pública e penitenciário, e sociedade.

Objetivo Específico

Título: 193.1 - Buscar a efetividade dos serviços prestados pelas instituições da Segurança Pública e Sistema Penitenciário por meio do controle disciplinar.

Entregas

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à qualificação dos servidores civis e militares que atuam nos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário, submetidos ao controle disciplinar da Controladoria Geral de Disciplina, por meio de palestras, seminários, cursos, reuniões, dentre outros.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

ma / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: SERVIÇO DE CONTROLE DISCIPLINAR REALIZADO
Definição: Refere-se à prestação do serviço de correição, inspeção, vistoria, auditoria, fiscalização in loco nas instituições submetidas ao controle disciplinar, com foco na verificação da regularidade da eficácia dos serviços prestados pelos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário, propondo medidas e sugestões de providências necessárias ao aprimoramento da sua execução.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
VENTO REALIZADO	Unidade	Sim	4	10.000,00	18	32.400,00
ERVIÇO DE CONTROLE DISCIPLINAR REALIZADO	Unidade	Sim	10	10.000,00	36	30.000,00
o caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.					46	40.000,00

Objetivo Específico

Título: 193.2 - Promover maior Justiça e celeridade no controle disciplinar, buscando soluções consensuais, por meio de medidas alternativas aos procedimentos disciplinares.

Entregas

Título: PESSOA BENEFICIADA
Definição: Refere-se às pessoas beneficiadas com a realização soluções consensuais nos procedimentos disciplinares, por meio de mediação, termo de ajustamento de conduta e suspensão condicional do processo.
Título: SERVIÇO REALIZADO
Definição: Refere-se à realização de serviço de solução consensual, por meio de mediação, termo de ajustamento de conduta e suspensão condicional do processo, como forma alternativa de resoluções aos procedimentos disciplinares.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ESSOA BENEFICIADA	Unidade	Não	130	10.000,00	180	30.000,00
ERVIÇO REALIZADO	Unidade	Sim	110	10.000,00	390	30.000,00
o caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.					500	40.000,00

Objetivo Específico

Título: 193.2 - Promover a qualidade das sanções internas do controle disciplinar

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à qualificação dos profissionais que atuam na Controladoria Geral de Disciplina objetivando a melhoria do serviço prestado.

Título: UNIDADE DE DISCIPLINA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à estruturação física e tecnológica, reforma, ampliação, aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos, sistemas de informação e outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

Título: UNIDADE DE DISCIPLINA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à expansão dos serviços integrados de controle disciplinar, por meio da criação de Célula Regional de Disciplina.

Título: UNIDADE DE DISCIPLINA MANTIDA

Definição: Contempla a realização de atividades finalísticas da Controladoria Geral de Disciplina e de suas Células Regionais, correspondendo à manutenção, ao custeio e ao pagamento das despesas de pessoal.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	8	10.000,00		32.400,00	44	42.400,00	
UNIDADE DE DISCIPLINA ESTRUTURADA	Unidade	Não	5	35.000,00	7	105.000,00	7	140.000,00	
UNIDADE DE DISCIPLINA IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	10.000,00	0	32.400,00	2	42.400,00	
UNIDADE DE DISCIPLINA MANTIDA	Unidade	Não	7	8.752.614,00	7	28.929.477,00	7	37.682.091,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	8.847.614,00	29.221.677,00	38.069.291,00
DESPESAS CORRENTES	8.777.614,00	29.009.476,00	37.787.090,00
DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00	212.201,00	282.201,00
Total	8.847.614,00	29.221.677,00	38.069.291,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro			
53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO			
Total			
2024		2025-2027	
8.847.614,00		29.221.677,00	
8.847.614,00		29.221.677,00	
Total		38.069.291,00	

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

194 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Órgão Gestor: 060000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Órgãos Executores

060000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Justificativa: Conforme a Emenda Constitucional nº 80/14, a Defensoria Pública é substancial à função jurisdicional do Estado, incumbida de garantir o regime democrático, essencialmente na promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, da garantia dos direitos individuais e coletivos, e na orientação jurídica de forma integral e gratuita aos necessitados.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará foi institucionalizada e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 06/97, com a finalidade de promover o Estado democrático de direito, mitigar as desigualdades sociais, garantir a efetividade dos direitos humanos e assegurar os princípios constitucionais de modo a viabilizar a proteção da dignidade do ser humano. No Estado do Ceará, a Defensoria Pública representa um papel cada vez mais relevante, com atuação em múltiplas vertentes, no qual a população, em condições de vulnerabilidade ou risco social, poderá dispor de orientação jurídica e garantia na defesa e promoção dos direitos humanos.

A atuação da Defensoria Pública do Estado do Ceará compreende as áreas cível, criminal, de sucessões, registros públicos, moradia, saúde, solução extrajudicial de conflitos, tribunais, fazenda pública, defesa do consumidor, da criança e adolescente, defesa da mulher, direitos humanos, direito da família, idoso e juizados especiais. A promoção do acesso à Justiça se dá de forma ampla, judicial e extrajudicial, aos indivíduos que tenham seus direitos violados e aos grupos em situação de risco social (criança e adolescente, população LGBTQIAPN+, idoso, pessoa com deficiência, entre outros) e vulnerabilizados.

A universalização do acesso à Justiça tornou-se imperiosa com a promulgação da EC nº 80/2014, que impõe, de forma inequívoca, à administração pública o dever de prover todas as unidades jurisdicionais com defensores públicos. Na atualidade, a Defensoria conta com uma sede administrativa, 47 núcleos de atendimento e 452 unidades defensorias atendidas. Dos 184 municípios do Ceará, somente 93 dispõem dos serviços da Defensoria Pública, sendo que 38 destes municípios são comarcas vinculadas.

Público Alvo: Pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social que necessitam de acesso à Justiça de forma ampla, judicial e extrajudicial, integral e gratuita.

Objetivo Específico

Título: 194.1 - Ampliar o acesso gratuito à Justiça.

Entregas

Título: AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de eventos do projeto Defensoria em Movimento, em diversos espaços situados nas periferias na capital e interior do Estado, que incluem, além de atendimento jurídico, ministrar palestras, cursos, oficinas e/ou treinamentos para as comunidades atendidas.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: ATENDIMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se ao atendimento pelo programa Rede Acolhe, às vítimas e familiares de vítimas de crimes graves contra a pessoa, tentados ou consumados, e ameaçados de morte, garantindo-lhes assistência jurídica e atendimento psicossocial, de modo a reduzir os danos causados pelo impacto da violência, bem como prevenir que outras mortes ocorram.

Título: NÚCLEO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação de núcleo da Defensoria Pública, em espaço próprio ou alugado, descentralizado ou especializado, onde será prestada assistência ampla, judicial e extrajudicial, integral e gratuita à população cearense, supervisionada por Defensor Público.

Título: SERVIÇO REALIZADO

Definição: Refere-se a atendimentos, petições, ofícios, audiências, visitas, inspeções, reuniões e quaisquer outros procedimentos realizados pelos Defensores Públicos, independentemente da presença física do assistido no ato.

Metas Físicas e Financeiras											
Entregas			2024				2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	10	510.000,00	30	1.655.751,00	40	2.165.751,00			
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	800	593.683,00	2.400	1.015.059,00	3.200	1.608.742,00			
NÚCLEO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO	Unidade	Sim	5	100.000,00	15	323.950,00	20	423.950,00			
SERVIÇO REALIZADO	Unidade	Sim	921.035	274.229.512,00	3.048.740	907.869.925,00	3.969.775	1.182.099.437,00			

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 194.2 - Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.

Entregas

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de eventos, palestras, congressos, seminários, simpósios, pesquisas e atividades de estudos, desenvolvidos pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional e cultural dos membros da Defensoria Pública, dos seus auxiliares, servidores, estagiários e eventuais colaboradores.

Título: NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se à modernização dos núcleos onde são realizados atuações, judiciais e extrajudiciais, integrais e gratuitas à população cearense, por meio da implantação de painéis de senhas, renovação do parque tecnológico, acesso ao Cinturão Digital do Ceará (CDC), padronização e/ou renovação de mobiliário e reformas.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega****Título:** PROFISSIONAL QUALIFICADO**Definição:** Refere-se à capacitação profissional dos membros da Defensoria Pública e servidores, por meio de cursos de pós-graduação, Mestrado e Doutorado, em universidades do Estado do Ceará.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	80	50.000,00		240	180.000,00	320	230.000,00
NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESTRUTURADO	Unidade	Não	8	4.835.482,00		8	8.098.759,00	8	12.934.241,00
PROFISSIONAL QUALIFICADO	Unidade	Sim	2	405.000,00		6	1.458.000,00	8	1.863.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	280.723.677,00	920.601.444,00	1.201.325.121,00
DESPESAS CORRENTES	275.461.722,00	912.063.550,00	1.187.525.272,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.261.955,00	8.537.894,00	13.799.849,00
Total	280.723.677,00	920.601.444,00	1.201.325.121,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
		2024	2025-2027
06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO		274.558.677,00	898.407.444,00
06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ		6.165.000,00	22.194.000,00
Total		280.723.677,00	920.601.444,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

195 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES

Órgão Gestor: 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Órgãos Executores08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ
10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Justificativa: O Ceará é um dos Estados mais secos do Brasil, com uma disponibilidade média anual de água per capita de 1.150 m³, o equivalente a apenas 4% da média nacional. Esta situação é ainda mais preocupante no meio rural. No período de 1991 a 2022, houve 3.600 registros de estiagens ou seca no Ceará, atingindo todos os seus 184 municípios, com destaque para a área mais central do Estado: o Sertão Central e o Sertão das regiões Norte e do Vale do Jaguaribe. Somente em 2022, a seca no Ceará chegou a afetar, principalmente pelo desabastecimento de água potável, 430.746 pessoas de 38 municípios.

Por outro lado, no período chuvoso, com maior intensidade nos meses de fevereiro a maio, podem ocorrer chuvas intensas e concentradas, com potencial para causar desastres como inundações, enxurradas, alagamentos e movimentos de massa. No mesmo período, em decorrência de inundações ocorridas principalmente ao longo dos principais rios do Estado, foram registrados 51.258 desabrigados e 129.000 desalojados. As enxurradas afetaram aproximadamente 250 mil pessoas, com maior frequência de registros nas mesorregiões Metropolitana, Norte e Noroeste. Diante disso, é necessário fortalecer o trabalho de mapeamento e monitoramento contínuo das áreas de risco, de planejamento de contingência, de obras de drenagem urbana e de contenção de massa e de água, de ordenamento territorial, com a realocação de residências das áreas suscetíveis a desastres para áreas seguras e de reassentamento de mananciais. Emergencialmente, o Estado tem realizado a assistência às vítimas com a oferta de água, alimentos, material de abrigo, de higiene e de limpeza, bem como realizado obras de reconstrução das infraestruturas danificadas ou destruídas. No extenso litoral cearense encontram-se, ainda, setores de risco de erosão marinha. No referido período, registrou-se este desastre nos municípios de Caucaia, Icapui e Cascavel, onde foram danificadas ou destruídas infraestruturas públicas e privadas, sendo necessária a realização de obras de recuperação dessas áreas, bem como de contenção do avanço do mar.

Além desses riscos de desastres naturais, há também riscos de desastres tecnológicos. O risco de rompimento de barragens, especialmente daquelas de pequeno porte, exige ações emergenciais de intervenção, bem como protocolos de desocupação das áreas potencialmente atingíveis. O colapso de edificações, a exemplo do desabamento do Edifício Andréa, ocorrido em 2019, além de chamar atenção para a necessidade de capacitação dos agentes públicos e de modernização de equipamentos, de viaturas e de protocolos de socorro e assistência às vítimas, expõe esse risco presente, principalmente, nas áreas com prevalência de edificações mais antigas e de menor padrão construtivo.

A introdução de componentes de mais rápida combustão nos ambientes industriais e residenciais, a verticalização das edificações e o próprio crescimento das cidades e dos parques industriais têm elevado o risco de incêndios urbanos e de extravasamento de produtos perigosos, sendo necessário que os órgãos de proteção e defesa civil acompanhem essa evolução por meio da realização de pesquisas, de parcerias com universidades e empresas, buscando a modernização da estrutura de resposta a esses eventos.

Todo esse cenário de riscos e de ocorrência de desastres precisa ser gerido de forma integrada, intersetorial e sistêmica. Assim, o Programa de Gestão Integrada de Riscos e Desastres visa à implementação de ações coordenadas a fim de mitigar as vulnerabilidades já existentes, ampliar as capacidades de resiliência e de autoproteção da população, bem como de resposta aos desastres, no sentido de socorrer e assistir às pessoas atingidas, garantindo ainda o funcionamento dos serviços essenciais prejudicados e a reconstrução da infraestrutura danificada ou destruída, propiciando o retorno à condição de normalidade e o bem-estar social.

Público Alvo: População em situação de vulnerabilidade em decorrência de risco potencial ou de ocorrência de desastres.

Objetivo Específico

Título: 195.1 - Ampliar a capacidade de resiliência diante dos riscos e ocorrências de desastres.

Entregas

Título: INFRAESTRUTURA DE DEFESA CIVIL IMPLANTADA

Definição: Refere-se a obras de prevenção ou mitigação de desastres, tais como a construção de poços, adutoras, muros de contenção e diques, bem como intervenções na faixa litorânea.

Título: PESSOA CAPACITADA

Definição: Refere-se à pessoa capacitada por meio da participação em simulados, treinamentos, cursos e eventos ofertados pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, visando a atuação preventiva ou reativa diante de riscos ou ocorrência de desastre.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027		Total*		
		Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
	INFRAESTRUTURA DE DEFESA CIVIL IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	1.700.000,00	5	5.626.668,00	7	7.326.668,00
	PESSOA CAPACITADA	Unidade	Não	100	25.000,00	100	75.000,00	100	100.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 195.2 - Garantir a execução tempestiva das ações de defesa civil.

Entregas

Título: UNIDADE DE DEFESA CIVIL ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à unidade de Defesa Civil do Estado estruturada com equipamentos e insumos necessários ao atendimento emergencial, à antecipação a ocorrências de desastres, à mitigação dos riscos, ao restabelecimento de serviços essenciais e à recuperação de cenários de desastres.

Metas Físicas e Financeiras											
Entregas			2024						2025 - 2027		Total*
			Acum.		Físico	Financeiro		Físico	Financeiro		
Título	Unidade										
UNIDADE DE DEFESA CIVIL ESTRUTURADA	Unidade		Não	1		815.000,00	1		630.000,00	1	1.445.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 195.3 - Garantir a proteção e dignidade das vítimas de desastres.

Entregas

Título: PESSOA ASSISTIDA

Definição: Refere-se à pessoa afetada por desastre atendida pelo serviço assistencial de emergência ofertado pelos órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, por meio de abrigo provisório, ajuda humanitária com a entrega de água, alimentos e material de abrigo, de higiene e de limpeza, ou de qualquer ação que promova a manutenção da dignidade da pessoa humana no enfrentamento dos efeitos de desastres.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas		2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
PESSOA ASSISTIDA	Unidade	Não	20.000	4.220.000,00	20.000	12.030.000,00	16.250.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 195.4 - Restabelecer a normalidade dos cenários atingidos por desastre.

Entregas

Título: INFRAESTRUTURA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se às infraestruturas hídricas, rodoviárias, edificações e instalações públicas e ainda unidades habitacionais que receberam obras de recuperação, por terem sido prejudicadas ou destruídas total ou parcialmente pela ocorrência de desastres.

Título: SERVIÇO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se ao restabelecimento, a partir de intervenções em equipamentos públicos, dos serviços de abastecimento de água potável, esgoto, transporte, fornecimento de energia e das telecomunicações, que tiveram o funcionamento prejudicado pela ocorrência de desastres.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas		2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
INFRAESTRUTURA ESTRUTURADA	Unidade	Sim	1	100.000,00	3	300.000,00	400.000,00
SERVIÇO ESTRUTURADO	Unidade	Sim	1	100.000,00	3	300.000,00	400.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	6.960.000,00	18.961.668,00	25.921.668,00
DESPESAS CORRENTES	4.445.000,00	12.405.000,00	16.850.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.515.000,00	6.556.668,00	9.071.668,00
Total	6.960.000,00	18.961.668,00	25.921.668,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro	2024	2025-2027	Total
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.500.000,00	5.326.668,00	6.826.668,00
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	60.000,00	135.000,00	195.000,00
10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	5.400.000,00	13.500.000,00	18.900.000,00
Total	6.960.000,00	18.961.668,00	25.921.668,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE

Órgão Gestor: 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Órgãos Executores

- 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
- 10100002 - POLÍCIA CIVIL
- 10100003 - POLÍCIA MILITAR
- 10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ
- 10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
- 10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ
- 10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
- 10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
- 30000000 - CASA CIVIL
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Justificativa: O Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSP-CE) está alicerçado em pilares que garantem a sua efetividade, na busca contínua pela melhoria nos serviços ofertados à sociedade e a consequente evolução positiva nos índices de criminalidade, por meio da atuação em várias frentes, desde estruturas internas, no desenvolvimento de novas tecnologias, suporte para execução dos serviços operacionais, de análise e de investigação criminal, até o cuidado especial com o capital humano.

Em 2022, foram registrados 1.909 casos de crimes sexuais (crime de estupro e outros contra vulneráveis), o que demonstra, apesar da queda registrada em comparação com o mesmo período de 2021, a necessidade de atuação na prevenção e repressão desse tipo de crime. Para obtenção de resultados na redução da criminalidade, como vem ocorrendo com os principais indicadores da Segurança Pública, a Taxa de CVLI e a Taxa de CVP, a Segurança Pública precisa gerenciar distintas áreas de atuação que englobam ações preventivas, repressivas, ostensivas e investigativas, de forma que todos atuem de forma integrada e direcionados para a mesma finalidade.

Nessa busca por estratégias que possam promover a integração do Sistema de Segurança Pública, é necessário o contínuo investimento na estrutura e no capital humano, com um olhar diferenciado para a formação e assistência aos profissionais para que atuem de forma integrada e direcionada para a mesma finalidade. Constatam-se avanços significativos nesta esfera ao longo dos anos, mas há muito a ser realizado para se obter o pleno desenvolvimento das atividades e adequação aos preceitos estabelecidos no Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030, sendo fundamental os investimentos nas áreas de capacitação continuada, que possam fortalecer a cultura de integração dentro das instituições.

Neste contexto, busca-se a continuidade dos investimentos na área de pessoal, equipamentos, transportes, espaços físicos adequados, utensílios e armamentos, para que o Estado possa enfrentar com superioridade a força das organizações criminosas e outros tipos de crime, principalmente no âmbito da interiorização da violência, para proteção de todas as regiões e territórios do Estado. Outro fator a se considerar é a valorização profissional, por meio da assistência biopsicossocial e capacitação. O profissional de Segurança Pública lida diariamente com todos os tipos de problemas sociais, econômicos e culturais da população, portanto precisa que a sua instituição lhe dê suporte no desenvolvimento de suas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

atividades, seja no campo educacional, por meio de capacitações e treinamentos contínuos, seja no campo social, médico e psicológico, com a disponibilização de profissionais e ambientes destinados a este tipo de atendimento. Ressalta-se a importância de ampliar abrangência da assistência aos familiares, provendo o apoio à saúde e educação de qualidade, e transmitindo segurança e tranquilidade aos profissionais no desempenho de suas atividades.

Outra vertente a ser fortalecida, na área da Segurança Pública, diz respeito às ações de prevenção e preservação da vida e do patrimônio, visto que, o início de incêndios e outros sinistros transformam-se em tragédias quando não são devidamente evitados ou controlados com segurança. Como exemplo, pode-se citar as ocorrências de incêndios em edificações localizadas em áreas onde a verticalização é preponderante, bem como nos centros comerciais e industriais, afora os registros de incêndios no interior do Estado, onde muitas vezes as equipes não conseguem atuar na minimização das perdas dada a distância de deslocamento, demonstrando a necessidade de ações efetivas na prevenção e fiscalização. Somando-se a isso, observa-se a capacidade para captação de recursos por meio do desempenho das atividades de vistoria e análise de projetos de segurança contra incêndio e pânico, sendo necessária a criação de condições favoráveis à prestação de serviços de qualidade nessa área.

Público Alvo: População que requer a atuação, de forma preventiva ou reativa, dos órgãos do Sistema de Segurança Pública, dentro de suas atribuições legais.

Objetivo Específico

Título: 196.1 - Prevenir e reprimir a ocorrência de crimes, com ações estratégicas, operacionais e preventivas.

Entregas

Título: DELEGACIA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à estruturação das Delegacias de Polícia Civil já existentes, com equipamentos novos e revitalização das estruturas físicas, por ações de manutenção ou reforma.

Título: DELEGACIA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação de Delegacias de Polícia Civil, para atendimento ao público.

Título: DELEGACIA MANTIDA

Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio das unidades da Polícia Civil.

Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Refere-se aos boletins estatísticos publicados para conhecimento da população acerca dos indicadores de: Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), apreensão de entorpecentes, apreensão de armas de fogo, furto, crimes sexuais e vítimas de ocorrências registradas na Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Refere-se à elaboração de pesquisas, estudos e relatórios técnicos voltados para a formulação de estratégias e a avaliação das políticas de Segurança Pública. Englobam: Plano Estadual de Segurança Pública, ferramenta para a coordenação das políticas de Segurança Pública, visando a redução dos principais índices de violência do Estado, tais como CVLI, CVP e criminalidade doméstica; estudos estratégicos das Áreas Integradas de Segurança Pública (AIS) por meio da mensuração e parametrização dos índices criminais e populacionais dessas áreas; estudos temáticos estratégicos de Segurança Pública, referente a análises criminais dos eventos criminosos dos feriados nacionais mais extensos e dos períodos de férias, para fomentar ações de Segurança Pública; estudos temáticos que abordam temas específicos de interesse da Segurança Pública, a exemplo de crimes cometidos contra grupos vulneráveis, como mulheres, população negra, LGBTI+, entre outros; estudos regionalizados, voltados para a análise de indicadores criminais ou outros fenômenos ligados à Segurança Pública a partir de um recorte espacial específico, em uma determinada AIS ou município, por exemplo; relatórios técnicos de políticas públicas, os quais fazem análise de indicadores criminais ou um fenômeno na área de Segurança Pública relacionados com equipamentos públicos, projetos e programas voltados para a implementação de alguma política pública e outros relatórios técnicos sobre Segurança Pública.

Título: NÚCLEO DE PERÍCIA ESTRUTURADO

Definição: Trata-se das unidades de Perícia Forense do Estado do Ceará modernizadas, equipadas e/ou reformadas, para melhor atender as demandas do sistema de segurança pública e da sociedade, visando aumentar a produção de laudos e confecções de registros gerais pela atividade fim da Pefoce em sua sede, núcleos e postos de identificação. Envolve estruturar os Núcleos de Perícia Regionais localizados estrategicamente no interior do Estado.

Título: NÚCLEO DE PERÍCIA IMPLANTADO

Definição: Refere-se à criação de Núcleos de Perícia Regionais, e outros de interesse da sociedade cearense, além de núcleos para atendimento especializado a mulheres vítimas de violência na capital e interior. As unidades de Perícia Forense possuem abrangência em todo território do Estado, atendendo territórios com maior demanda pericial/número de habitantes, de acordo com planejamento da Perícia Forense. Diminui-se, assim, a distância entre periciando e núcleos de perícia, enquadrando na proposta de padronização nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJ).

Título: NÚCLEO DE PERÍCIA MANTIDO

Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio das unidades da Perícia Forense.

Título: QUARTEL ESTRUTURADO

Definição: Refere-se à estruturação das unidades da Polícia Militar do Ceará (unidades do policiamento ostensivo geral, unidades de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas [Raio], unidades integradas de segurança, unidades dos batalhões especializados, unidades da Polícia Rodoviária Estadual [PRE]), equipados e/ou reformados, para melhor atender às demandas da sociedade.

Título: QUARTEL IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação de unidades da Polícia Militar (unidades do policiamento ostensivo geral, unidades de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas [Raio], unidades integradas de segurança, unidades dos batalhões especializados, unidades da Polícia Rodoviária Estadual [PRE]) em todo território do Estado, para ampliação da rede de proteção ao cidadão.

Título: QUARTEL MANTIDO

Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio dos quartéis da Polícia Militar (unidades do policiamento ostensivo geral, unidades de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas [Raio], unidades integradas de segurança, unidades dos batalhões especializados, unidades da Polícia Rodoviária Estadual [PRE]).

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO	
Definição: Refere-se à ampliação do sistema de videomonitoramento urbano para os municípios ainda não contemplados.	
Título: SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO MANTIDO	
Definição: Refere-se à realização de ações de custeio finalístico para a garantia de manutenção dos sistemas de videomonitoramento implantados nos municípios do Estado.	
Título: UNIDADE DE ATENDIMENTO 24 HORAS IMPLANTADA	
Definição: Refere-se à implantação de unidades (Delegacias ou Centrais de Procedimentos Digitais) de Polícia Civil, com atendimento 24 horas.	
Título: UNIDADE DE ATENDIMENTO 24 HORAS MANTIDA	
Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio das unidades de atendimento 24 horas da Polícia Civil.	
Título: UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA	
Definição: Refere-se à implantação de unidades móveis nos territórios, substituindo as passagens rápidas e imprevisíveis de viaturas em locais da comunidade, por uma presença permanente ou alongada.	
Título: UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA	
Definição: Refere-se à aquisição de bens (equipamentos eletro-eletrônicos, equipamentos operacionais, mobiliários e outros), e serviços (construção de unidades, contratação de serviços de reforma, contratação de serviços para atendimento a demandas operacionais) para as unidades já instaladas/implantadas da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) e da Coordenadoria de Inteligência (Coin), da SSPDS, bem como da Superintendência de Pesquisa e Estratégia em Segurança Pública, visando a estruturação das unidades.	
Título: UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADA	
Definição: Refere-se à implantação de unidades da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) e da Coordenadoria de Inteligência (Coin), da SSPDS, para atendimento às demandas da sociedade.	
Título: UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTIDA	
Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio das unidades da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) e da Coordenadoria de Inteligência (Coin), da SSPDS, bem como da Supesp, para manutenção das suas atividades	

**SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO****Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
DELEGACIA ESTRUTURADA	Unidade	Não	18	4.632.173,00	18	16.515.023,00	18	21.147.196,00	
DELEGACIA IMPLANTADA	Unidade	Sim	5	4.002.600,00	14	40.816.674,00	19	44.819.274,00	
DELEGACIA MANTIDA	Unidade	Não	172	950.644.545,00	172	3.199.024.063,00	172	4.149.668.608,00	
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	84	0,00	252	0,00	336	0,00	
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS	Unidade	Sim	46	0,00	135	0,00	181	0,00	
NÚCLEO DE PERÍCIA ESTRUTURADO	Unidade	Não	15	14.540.000,00	15	11.190.285,00	15	25.730.285,00	
NÚCLEO DE PERÍCIA IMPLANTADO	Unidade	Sim	7	230.000,00	5	260.000,00	12	490.000,00	
NÚCLEO DE PERÍCIA MANTIDO	Unidade	Não	16	163.714.125,00	16	559.770.263,00	16	723.484.388,00	
QUARTEL ESTRUTURADO	Unidade	Não	2	11.957.790,00	2	37.337.211,00	2	49.295.001,00	
QUARTEL IMPLANTADO	Unidade	Sim	2	12.570.400,00	6	32.531.235,00	8	45.101.635,00	
QUARTEL MANTIDO	Unidade	Não	2	2.731.664.786,00	2	9.036.686.711,00	2	11.768.351.497,00	
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO	Unidade	Sim	4	0,00	5	0,00	9	0,00	
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO MANTIDO	Unidade	Não	78	64.750.846,00	78	209.023.314,00	78	273.774.160,00	
UNIDADE DE ATENDIMENTO 24 HORAS IMPLANTADA	Unidade	Sim	1	10.000,00	2	30.000,00	3	40.000,00	
UNIDADE DE ATENDIMENTO 24 HORAS MANTIDA	Unidade	Não	33	0,00	33	0,00	33	0,00	
UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA	Unidade	Sim	1	7.700.000,00	3	0,00	4	7.700.000,00	
UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA	Unidade	Não	9	17.436.800,00	10	61.713.416,00	10	79.150.216,00	
UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	2	320.000,00	8	991.008,00	10	1.311.008,00	
UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTIDA	Unidade	Não	10	125.009.453,00	10	406.943.700,00	10	531.953.153,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico**Título:** 196.2 - Prevenir a violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade.**Entregas**

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA	
Definição: Refere-se à realização de capacitações com foco no atendimento aos grupos historicamente vulnerabilizados, em consonância com as diretrizes regionais.	
Título: CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDOS	
Definição: Consiste no atendimento de Crianças e adolescentes vítimas de violência por meio do Programa de Prevenção e Resistência às Drogas (Proerd), com ações em unidades educacionais voltadas à prevenção e enfrentamento ao uso de drogas, como também no desenvolvimento de atividades socioculturais, educativas, assistenciais e de inclusão social em projetos sociais, com o objetivo de trabalhar o respeito às leis, a ética e a cidadania.	
Título: DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ESTRUTURADA	
Definição: Refere-se à estruturação de Delegacias especializadas no atendimento à criança e ao adolescente já existentes, com equipamentos novos ou revitalizados por ações de manutenção ou reforma no período.	
Título: DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE IMPLANTADA	
Definição: Refere-se à implantação de Delegacias especializadas no atendimento à criança e ao adolescente.	
Título: DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE MANTIDA	
Definição: Refere-se às ações de custeio para a manutenção das Delegacias especializadas no atendimento à criança e ao adolescente já existentes.	
Título: DELEGACIA DA MULHER ESTRUTURADA	
Definição: Refere-se à estruturação das Delegacias especializadas no atendimento à mulher já existentes, com equipamentos novos ou revitalizados por ações de manutenção ou reforma.	
Título: DELEGACIA DA MULHER MANTIDA	
Definição: Refere-se à execução de ações de custeio para manutenção das Delegacias especializadas no atendimento à mulher já existentes.	
Título: PESSOA COM TEA ATENDIDA	
Definição: Consiste no atendimento especializado, para emissão de RG, de pessoas com transtorno do espectro autista.	
Título: UNIDADE DA MULHER IMPLANTADA	
Definição: Refere-se à implantação de novas unidades (Delegacias ou Núcleos) especializadas no atendimento à mulher.	

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	10	101.000,00	30	258.000,00	40	359.000,00	
CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDOS	Unidade	Sim	5.200	0,00	18.000	0,00	23.200	0,00	
DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ESTRUTURADA	Unidade	Não	0	41.000,00	1	245.484,00	1	286.484,00	
DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE IMPLANTADA	Unidade	Sim	0	42.000,00	2	220.970,00	2	262.970,00	
DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE MANTIDA	Unidade	Não	1	61.000,00	1	185.484,00	1	246.484,00	
DELEGACIA DA MULHER ESTRUTURADA	Unidade	Não	3	365.000,00	3	987.427,00	3	1.352.427,00	
DELEGACIA DA MULHER MANTIDA	Unidade	Não	10	1.795.000,00	10	6.895.167,00	10	8.690.167,00	
PESSOA COM TEA ATENDIDA	Unidade	Não	14.176,06	10.000,00	27.230,22	90.000,00	27.230,22	100.000,00	
UNIDADE DA MULHER IMPLANTADA	Unidade	Sim	4	355.000,00	8	1.077.427,00	12	1.432.427,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico**Título:** 196.3 - Melhorar a qualidade dos serviços de Segurança Pública.**Entregas****Título:** ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA**Definição:** Refere-se à realização de reformas em alguns espaços didáticos e administrativos da Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp), visando a manutenção da estrutura física para fornecer espaços adequados a serem utilizados nas capacitações e qualificações de profissionais de Segurança Pública, e construção de ambientes de imersão, priorizando melhorias no ensino ofertado.**Título:** ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTIDA**Definição:** Refere-se às ações de Custeio executadas para manutenção das atividades da Academia de Segurança Pública (AESP).**Título:** EVENTO REALIZADO**Definição:** Refere-se à realização de eventos coordenados pela Polícia Militar do Ceará (PMCE), no que tange ao conhecimento dos aspectos e fenômenos que envolvem a Segurança Pública, bem como estudos científicos, coordenados pela Pefoce, voltados à atividade pericial, por meio de palestras, seminários, simpósios, congressos, workshops e eventos em datas comemorativas do calendário da Pefoce.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: PESSOASSISTIDA

Definição: Refere-se ao atendimento (psicológico, psiquiátrico, fisioterápico, dentre outros) realizados, com vistas a cuidados prestados ao profissional da Segurança Pública e a seus familiares, de forma a promover o apoio necessário ao enfrentamento das nuances biológicas, psicológicas e sociais que impactam sua saúde.

Título: PROFISSIONAL CAPACITADO

Definição: Refere-se à capacitação continuada dos profissionais da Segurança Pública estadual, visando o aperfeiçoamento e atualização de competências técnicas e de atendimento à sociedade.

Título: PROFISSIONAL QUALIFICADO

Definição: Refere-se ao profissional oriundo de concurso público qualificado e pronto para atuar nos órgãos de Segurança Pública, prestando serviço adequado à sociedade.

Título: UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA

Definição: Refere-se a unidades de atendimento biopsicossocial modernizadas, equipadas e/ou reformadas, para atender aos profissionais de Segurança Pública e seus dependentes.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA	Unidade	Não	1	1	1.095.500,00	1	3.421.058,00	1	4.516.558,00
ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTIDA	Unidade	Não	1	1	6.059.319,00	1	19.207.162,00	1	25.266.481,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	2	2	10.000,00	6	492.964,00	8	502.964,00
PESSOA ASSISTIDA	Unidade	Não	10.020	10.020	806.000,00	14.020	2.994.724,00	14.020	3.800.724,00
PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade	Sim	10.110	10.110	1.947.000,00	30.420	6.184.071,00	40.530	8.131.071,00
PROFISSIONAL QUALIFICADO	Unidade	Sim	2.021	2.021	585.500,00	5.053	2.026.500,00	7.074	2.612.000,00
UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA	Unidade	Não	6	6	185.000,00	5	703.244,00	6	888.244,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 196.4 - Integrar o sistema de Segurança Pública com a sociedade.

Entregas

Título: AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de ações sociais com fins de beneficiar o público civil, como campanhas arrecadatórias para doação de sangue, leite, brinquedos, livros, entre outros.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** CURSO OFERTADO

Definição: Refere-se à oferta de cursos de pós-graduação na temática da Segurança Pública, com foco no aprimoramento e na progressão acadêmica dos servidores.
- Título:** ESCOLA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à realização de reformas em alguns espaços didáticos e administrativos das Escolas Militares, visando a manutenção da estrutura física para fornecer espaços adequados a serem utilizados e aquisição de bens para equipá-las.
- Título:** ESCOLA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação de novas unidades escolares, quer seja pela construção de novas unidades, quer seja pela cessão de prédios para instalação de novas Escolas, para atender às demandas dos dependentes dos profissionais de Segurança Pública e da população em geral. Ressalte-se que o ingresso se dá mediante seleção em concurso público.
- Título:** ESCOLA MANTIDA

Definição: Refere-se à execução de ações de custeio executadas para manutenção das atividades nas Escolas Militares em funcionamento, coordenadas pelo Sistema de Segurança Pública.
- Título:** PROJETO PARA JUVENTUDE APOIADO

Definição: Refere-se à aquisição de materiais e equipamentos necessários para o melhor desempenho das atividades para execução de ações nos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar voltados para os jovens, tais como o Jovem Brigadista de Valor (JBV).
- Título:** PROJETO PARA PESSOA IDOSA REALIZADO

Definição: Refere-se à aquisição de materiais e equipamentos necessários para o melhor desempenho das atividades para execução de ações nos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar voltados para a pessoa idosa, tais como o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade (PSBS).

Entregas		Metas Físicas e Financeiras				2024		2025 - 2027		Total*	
		Acum.	Unidade	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AÇÃO REALIZADA		Sim	Unidade	3	10.000,00		30.000,00	9	40.000,00	12	40.000,00
CURSO OFERTADO		Sim	Unidade	4	341.016,00		1.023.048,00	13	1.364.064,00	17	1.364.064,00
ESCOLA ESTRUTURADA		Não	Unidade	5	908.000,00		2.929.171,00	5	3.837.171,00	5	3.837.171,00
ESCOLA IMPLANTADA		Sim	Unidade	0	0,00		0,00	1	0,00	1	0,00
ESCOLA MANTIDA		Não	Unidade	4	4.092.000,00		13.200.627,00	4	17.292.627,00	4	17.292.627,00
PROJETO PARA JUVENTUDE APOIADO		Não	Unidade	3	20.000,00		60.000,00	3	80.000,00	3	80.000,00
PROJETO PARA PESSOA IDOSA REALIZADO		Não	Unidade	1	40.000,00		120.000,00	1	160.000,00	1	160.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 196.5 - Responder de forma ágil, bem como prevenir, ocorrências de grave ameaça à vida e ao patrimônio.

Entregas

- Título:** UNIDADE BOMBEIRÍSTICA ESTRUTURADA
Definição: Refere-se à modernização das unidades do Corpo de Bombeiros Militar, com aquisição de equipamentos e/ou realização de reforma/melhorias na estrutura física, para melhor atender as demandas da sociedade e de seu público interno.
- Título:** UNIDADE BOMBEIRÍSTICA IMPLANTADA
Definição: Refere-se à implantação de unidades do Corpo de Bombeiros Militar, visando ampliar a rede de proteção ao cidadão.
- Título:** UNIDADE BOMBEIRÍSTICA MANTIDA
Definição: Trata-se de atender às demandas gerais de custeio dos quartéis do Corpo de Bombeiros.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro		
UNIDADE BOMBEIRÍSTICA ESTRUTURADA	Unidade	Não	2	7.585.000,00		2	23.694.795,00	2	31.279.795,00
UNIDADE BOMBEIRÍSTICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	3	160.000,00		11	490.000,00	14	650.000,00
UNIDADE BOMBEIRÍSTICA MANTIDA	Unidade	Não	32	310.798.577,00		32	1.025.235.839,00	32	1.336.034.416,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	4.446.596.430,00	14.724.606.065,00	19.171.202.495,00
DESPESAS CORRENTES	4.365.437.967,00	14.500.443.936,00	18.865.881.903,00
DESPESAS DE CAPITAL	81.158.463,00	224.162.129,00	305.320.592,00
Total	4.446.596.430,00	14.724.606.065,00	19.171.202.495,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		168.361.015,00	546.587.175,00	714.948.190,00
10100002 - POLÍCIA CIVIL		956.846.718,00	3.219.962.704,00	4.176.809.422,00
10100003 - POLÍCIA MILITAR		2.756.172.576,00	9.110.642.983,00	11.866.815.559,00
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ		313.413.577,00	1.032.926.317,00	1.346.339.894,00
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ		165.424.125,00	565.868.036,00	731.292.161,00
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ		8.029.335,00	26.067.972,00	34.097.307,00
10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ		4.268.284,00	13.967.819,00	18.236.103,00
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ		28.620.000,00	92.313.568,00	120.933.568,00
30000000 - CASA CIVIL		26.000.000,00	0,00	26.000.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS		19.460.800,00	116.269.491,00	135.730.291,00
Total		4.446.596.430,00	14.724.606.065,00	19.171.202.495,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO

Órgão Gestor: 18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Órgãos Executores

- 18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
- 18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
- 18200005 - FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
- 30000000 - CASA CIVIL
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Justificativa: O Programa busca a redução do encarceramento de pessoas e a ressocialização da pessoa presa e egressa do Sistema Penitenciário. Para prover a estrutura adequada do sistema estadual, os esforços serão empregados na ampliação de vagas, salas de aula e espaços laborais, além da manutenção e adequação dos demais espaços, de modo a torná-los seguros e propícios para realização das rotinas prisionais, de maneira célere e humanizada, em atendimento à Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/1984), em seu Art. 1º. Deste modo, além da ampliação de vagas, serão realizadas ações conjuntas com o sistema de Justiça, como a realização de mutirões carcerários para revisão processual dos custodiados, visando à redução da população carcerária do Ceará. O Programa atuará na expansão dos postos de atendimento da Coordenadoria de Alternativas Penais e disponibilização de monitoração eletrônica, propiciando ao Judiciário alternativas para determinação de medidas adequadas aos mais diversos tipos de delitos cometidos. A expansão dos serviços da Coordenadoria de Alternativa Penais envolve, também, o acompanhamento de Homens Autores de Violência Doméstica, por meio da monitoração eletrônica, em conjunto ao acompanhamento multidisciplinar e participação em Grupos Reflexivos.

No intuito de aprimorar a prestação dos serviços penitenciários, o empenho será direcionado à capacitação e assistência dos servidores penitenciários, dado que, com o preparo e a valorização dos mesmos, alcança-se a prestação dos serviços com excelência. Neste viés, a Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR) e o Núcleo de Assistência ao Servidor Penitenciário (Nusep), que atuam diretamente nesta demanda, terão suas ações fortalecidas e ampliadas. Compreendendo a importância do cuidado com as pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Penitenciário, será disponibilizado assistências à saúde, jurídica, social, religiosa, educacional e material aos custodiados, e

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

as assistências sociais e educacionais profissionalizantes às pessoas egressas, por meio de rede própria e/ou parcerias estabelecidas. Para além do cuidado, compreendendo as atividades de educação e trabalho como importantes vertentes para a ressocialização das pessoas efetivamente recolhidas e egressas, o Sistema Penitenciário brasileiro vem avançando nestas ofertas, como destacou o Infopen, baseado no segundo semestre de 2022, apontando um aumento de 78% da oferta de atividades educacionais, além de 161.247 pessoas presas exercendo alguma atividade laboral. O Estado do Ceará tem contribuído de forma ativa para este crescimento, com resultados significativos nas áreas da educação e trabalho das pessoas privadas de liberdade e egressas.

Apontada como o principal objetivo do Sistema Penitenciário do Ceará, a ressocialização será fomentada nos próximos anos, dentro das unidades prisionais, por meio do fortalecimento e ampliação da educação básica, capacitação profissionalizante, atividades de leitura e desportivas, além da oferta de atividades laborais, por meio da ampliação do projeto de industrialização dos presídios, formada por meio de parcerias com indústrias, pelas oficinas produtivas da SAP e, ainda, por meio da fabricação de peças de artesanato. As pessoas egressas serão estimuladas à ressocialização, para além de todo o esforço empregado durante a sua custódia, por meio de ações de orientação e atendimentos sociais, disponibilização de capacitações profissionalizantes e encaminhamentos ao mercado de trabalho. Será realizado um trabalho junto as famílias de presos e egressos, por meio da disponibilização de assistência social, assistência jurídica, encaminhamento a cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho.

Público Alvo: Pessoas privadas de liberdade e seus familiares, egressos do Sistema Penitenciário e pessoas em cumprimento de alternativas penais.

Objetivo Específico

Título: 197.1 - Assegurar as condições adequadas para o funcionamento do sistema penitenciário.

Entregas

Título: EQUIPAMENTO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se aos equipamentos do Sistema Penitenciário, quais sejam, unidade prisional, unidade de saúde prisional, casa do albergado, casa de ressocialização, núcleos de monitoração eletrônica e alternativas penais, dentre outros, que foram reformados ou ampliados, visando um ambiente adequado e com condições dignas às pessoas privadas de liberdade, pessoas egressas e pessoas que atuam no sistema. E ainda, considera a aquisição/aluguel de materiais, máquinas, tecnologias, veículos e outros para estruturar os mesmos, melhorando a qualidade da oferta dos serviços penitenciários.

Título: EQUIPAMENTO IMPLANTADO

Definição: Refere-se aos novos equipamentos implantados no Sistema Penitenciário. Os equipamentos podem ser do tipo unidade prisional, unidade de saúde prisional, casa do albergado, casa de monitoração eletrônica e alternativas penais, dentre outros.

Título: EQUIPAMENTO MANTIDO

Definição: Refere-se aos equipamentos do Sistema Penitenciário, quais sejam, unidade prisional, unidade de saúde prisional, casa do albergado, casa de ressocialização, núcleos de monitoração eletrônica e alternativas penais, dentre outros, que foram mantidos, com execução dos serviços necessários para seu adequado funcionamento. Serão executados os serviços de manutenção preventiva e corretiva, entre eles, manutenção predial, sanitária, tecnológica, veicular, e afins, bem como, o custeio com as contas públicas dos mesmos. E ainda, o pagamento de pessoal, servidores e colaboradores dos equipamentos da SAP.

Título: SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se a execução de ações que visem estruturar e modernizar o Sistema Penitenciário como um todo e não apenas um equipamento específico. A modernização pode ocorrer por meio de contratação de serviços, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, equipamentos de segurança, equipamentos de inteligência, armamentos, soluções tecnológicas, dentre outros.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: SISTEMA PENITENCIÁRIO MANTIDO
Definição: Refere-se ao pagamento da folha de pessoal do Sistema Penitenciário, para provimento dos recursos necessários ao regular funcionamento.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
EQUIPAMENTO ESTRUTURADO	Unidade	Não	21	15.306.470,00		19	45.949.265,00	21	61.255.735,00
EQUIPAMENTO IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	960.000,00		2	780.000,00	3	1.740.000,00
EQUIPAMENTO MANTIDO	Unidade	Não	34	256.265.580,00		34	839.300.812,00	34	1.095.566.392,00
SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO	Unidade	Não	1	3.129.143,00		1	10.528.747,00	1	13.657.890,00
SISTEMA PENITENCIÁRIO MANTIDO	Unidade	Não	1	509.553.276,00		1	1.860.611.106,00	1	2.370.164.382,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 197.2 - Promover o cuidado e a ressocialização das pessoas privadas de liberdade e egressos.

Entregas

- Título:** EGRESSO ASSISTIDO

Definição: Refere-se à pessoa egressa do Sistema Penitenciário assistida com serviços de assistência social, encaminhamento ao mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, entre outros.
- Título:** JOVEM CAPACITADO

Definição: Refere-se às pessoas privadas de liberdade, entre 18 e 29 anos, efetivamente recolhidas em unidades prisionais, que concluíram curso profissionalizante.
- Título:** PESSOA APOIADA

Definição: Refere-se à pessoa que tem vínculo familiar com a pessoa privada de liberdade ou egressa do sistema penitenciário que foi apoiada com assistência social e jurídica, vagas em cursos profissionalizantes, etc.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: PESSOA ASSISTIDA

Definição: Refere-se às pessoas privadas de liberdade, efetivamente recolhidas em Unidades Prisionais, que receberam assistência em saúde, jurídica, social e religiosa. Os atendimentos em saúde consistem na oferta de serviços médicos, de enfermagem, odontológicos, nutricionais, fisioterapêuticos, psicológicos, farmacológicos e terapêuticos ocupacionais. Somente na assistência médica são mais de seis especialidades. Na assistência jurídica, ofertada em parceria com a Defensoria Pública, as pessoas privadas de liberdade recebem os serviços de revisão processual, remição de pena, troca de regime, entre outros. Na assistência social, são ofertados serviços e atendimentos sociais, com a parceria de instituições federais e estaduais, como, por exemplo, a emissão de documentos de identificação e cadastros biométricos e biológicos. Na assistência religiosa, registra-se os eventos religiosos que acontecem dentro das unidades prisionais, com a participação e o envolvimento das pessoas privadas de liberdade.

Título: PESSOA BENEFICIADA

Definição: Refere-se à pessoa privada de liberdade, efetivamente recolhida em Unidades Prisionais, matriculada na educação básica (contemplando turmas de alfabetização, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e o ensino médio) e no ensino superior. A oferta consiste em oportunizar aos internos do Sistema Penitenciário o acesso ao ensino, por meio da matrícula.

Título: PESSOA CAPACITADA

Definição: Refere-se às pessoas privadas de liberdade, efetivamente recolhidas em unidades prisionais, que concluíram curso profissionalizante.

Título: PESSOA LGBTI+ CAPACITADA

Definição: Refere-se às pessoas LGBTI+ privadas de liberdade, efetivamente recolhidas em unidades prisionais, que concluíram curso profissionalizante.

Título: VAGA OFERTADA

Definição: Refere-se ao número de vagas disponibilizadas em atividades laborais às pessoas privadas de liberdade, sejam para fins remuneratórios e/ou de remição da pena, no intuito de gerar ocupação e renda às pessoas que se encontram nas Unidades Prisionais.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras				2025 - 2027		Total*	
		Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
EGRESSO ASSISTIDO	Unidade	Não	1.500	6.233.200,00		1.700	27.430.866,00	1.700	33.663.866,00
JOVEM CAPACITADO	Unidade	Não	4.000	0,00		4.000	0,00	4.000	0,00
PESSOA APOIADA	Unidade	Sim	11.400	10.000,00		30.884	30.000,00	42.284	40.000,00
PESSOA ASSISTIDA	Unidade	Não	21.540	206.000,00		21.540	685.000,00	21.540	891.000,00
PESSOA BENEFICIADA	Unidade	Não	9.760	0,00		9.000	0,00	9.760	0,00
PESSOA CAPACITADA	Unidade	Não	4.000	1.750.000,00		4.000	5.490.000,00	4.000	7.240.000,00
PESSOA LGBTI+ CAPACITADA	Unidade	Não	100	0,00		100	0,00	100	0,00
VAGA OFERTADA	Unidade	Não	10.727	2.170.000,00		11.884	6.686.000,00	11.884	8.856.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 197.3 - Aprimorar a prestação dos serviços penitenciários.

Entregas

- Título:** PROFISSIONAL ASSISTIDO
Definição: Refere-se aos policiais penais assistidos com serviços de saúde, odontológicos, biopsicossocial, financiamento educacional, serviço de acompanhamento físico e assistência advocatícia pelo Conselho de Defesa dos Agentes Penitenciários no exercício de suas Funções (CDAEF).
- Título:** PROFISSIONAL CAPACITADO
Definição: Refere-se aos policiais penais capacitados, visando o desenvolvimento pessoal e profissional desses servidores, e ainda, a prestação de serviços com excelência.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
PROFISSIONAL ASSISTIDO	Unidade	Não	2.155	500.000,00	2.155	1.800.000,00
PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade	Não	1.972	1.805.671,00	1.796	5.607.000,00
					1.972	7.412.671,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 197.4 - Fortalecer a política de alternativas penais no Estado, com ampliação do atendimento psicossocial das pessoas encaminhadas pelo sistema de Justiça.

Entregas

- Título:** MONITORAMENTO REALIZADO
Definição: Refere-se ao número de pessoas sob monitoramento eletrônico para cumprimento da decisão judicial, fazendo uso de dispositivo eletrônico (tornozeleira), que permite a fiscalização e o acompanhamento da pena.
- Título:** MUNICÍPIO ATENDIDO
Definição: Refere-se ao município com acompanhamento multidisciplinar disponibilizado às pessoas em cumprimento de medidas cautelares e/ou outras alternativas penais, oportunizando ao Judiciário possibilidade de decisões distintas ao encarceramento.
- Título:** PESSOA BENEFICIADA
Definição: Refere-se às pessoas que ingressaram no cumprimento de medidas cautelares e/ou outras alternativas penais, com acompanhamento multidisciplinar, realizado de forma presencial ou remota por profissionais da SAP ou pela rede de parceiros.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
MONITORAMENTO REALIZADO	Unidade	Não	10.000	11.254.390,00	13.500	40.513.170,00	13.500	51.767.560,00	51.767.560,00
MUNICÍPIO ATENDIDO	Unidade	Não	9	0,00	12	0,00	12	0,00	0,00
PESSOA BENEFICIADA	Unidade	Não	8.050	2.198.183,00	8.400	11.151.984,00	8.400	13.350.167,00	13.350.167,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	811.341.913,00	2.856.563.750,00	3.667.905.663,00
DESPESAS CORRENTES	791.740.699,00	2.798.736.586,00	3.590.477.285,00
DESPESAS DE CAPITAL	19.601.214,00	57.827.164,00	77.428.378,00
Total	811.341.913,00	2.856.563.750,00	3.667.905.663,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	796.642.859,00	2.814.566.588,00	3.611.209.447,00
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	9.036.454,00	27.109.362,00	36.145.816,00
18200005 - FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	2.200.000,00	6.600.000,00	8.800.000,00
30000000 - CASA CIVIL	700.000,00	0,00	700.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	2.762.600,00	8.287.800,00	11.050.400,00
Total	811.341.913,00	2.856.563.750,00	3.667.905.663,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

2 - O CEARÁ QUE INOVA, PRODUZ E TRABALHA

Resultado Estratégico: População com bem-estar socioeconômico, por meio do desenvolvimento das potencialidades regionais, oportunidades de emprego e renda, e construção de habilidades, competências e conhecimentos, necessários para a inclusão produtiva.

Indicadores do Eixo



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Percentual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Ceará em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	48,28

Título: Taxa de crescimento da produtividade do trabalho

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	0,90

Título: Índice de Gini de distribuição da renda domiciliar per capita

Unidade: Adimensional

Polaridade: Quanto menor, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	0,518

Título: Taxa de participação no mercado de trabalho

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	53,20

Título: Índice de esforço exportador

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2020	5,79

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Índice de concentração da atividade econômica

Unidade: Adimensional

Polaridade: Quanto menor, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2020	0,1625

Título: Percentual do rendimento médio das famílias na zona rural em relação ao rendimento médio de todas as famílias

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	55,23

Título: Escolaridade média da população ocupada

Unidade: Ano

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência	
	Ano	Valor
Geral	2022	10,54

2.1 - AGRICULTURA FAMILIAR, AGRONEGÓCIO, PESCA E AQUICULTURA

Resultado Temático: Economia agropecuária, pesqueira e aquícola fortalecida, sustentável, inclusiva, solidária, inovadora e competitiva.

Indicadores do Tema

Título: Consumo de energia elétrica por domicílio rural

Unidade de medida: Quilowatt

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2021	234,00	237,51	241,08	244,69	248,36



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola, por área colhida
Unidade de medida: Real por hectare
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2021	2.933,40	3.080,00	3.234,00	3.395,00	3.565,00

Título: Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola
Unidade de medida: Milhão de reais
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	6.241.001,00	7.900.000,00	9.000.000,00	10.100.000,00	11.400.000,00
Para área de sequeiro	2022	3.030.241,00	3.825.184,00	4.232.407,00	4.680.862,00	5.404.360,00
Para área irrigada	2022	3.210.760,00	4.143.950,00	4.772.714,00	5.494.925,00	6.094.279,00

Título: Valor das exportações do Agronegócio e da Pesca e Aquicultura
Unidade de medida: Mil dólares FOB
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Para produtos do agronegócio	2022	375.388,837	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00
Para pescados	2021	110.653,104	116.300,00	129.000,00	143.100,00	158.800,00

211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Órgão Gestor: 21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Órgãos Executores

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- 21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
- 21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ
- 21200006 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A
- 21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
- 29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Justificativa: Entende-se por agricultor(a) familiar aquele(a) que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família, que tenha renda familiar de até R\$ 400.000,00 por ano, predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, e que, juntamente com a família, seja gestor do próprio negócio. (Lei Federal nº 11.326/2006). A agricultura familiar no Estado do Ceará desempenha um papel fundamental na economia e no abastecimento alimentar da região. Tem como função econômica a produção de alimentos e a geração de renda, além das ocupações não agrícolas (turismo, agroindústria, lazer, etc.), e como função ambiental a conservação da biodiversidade agrícola, silvestre e florestal; do patrimônio genético; dos recursos hídricos; etc.

A implementação de um Programa de agricultura familiar no Estado do Ceará é justificada por diversos motivos. A agricultura familiar desempenha um papel crucial na inclusão social, oferecendo oportunidades de emprego e renda para famílias que vivem em áreas rurais. O Programa pode fornecer suporte técnico, acesso a recursos e capacitação para os agricultores familiares, promovendo a geração de renda e melhorando a qualidade de vida dessas famílias. O fortalecimento da agricultura familiar tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico nas regiões rurais do Ceará. Ao incentivar a produção agrícola local, o Programa pode gerar empregos diretos e indiretos, estimular o comércio local e contribuir para o crescimento econômico sustentável. Na preservação ambiental, a agricultura familiar pode ser conduzida de maneira sustentável, promovendo a conservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Ao adotar práticas agrícolas sustentáveis, como o manejo adequado do solo e o uso consciente dos recursos hídricos, o Programa pode contribuir para a preservação dos ecossistemas e a mitigação das mudanças climáticas. Para a valorização da cultura local, a agricultura familiar no Ceará está intrinsecamente ligada à cultura e tradição da região. Ao apoiar os agricultores familiares, o Programa pode valorizar e preservar as práticas agrícolas tradicionais, além de estimular a produção de alimentos típicos da região, promovendo a identidade cultural cearense.

O Censo Agropecuário de 2017 aponta um total de 928.464 pessoas ocupadas em 394.330 estabelecimentos agropecuários. Do total, 317.535 são ocupados por homens e 76.269 por mulheres, ocupando uma área de 6.908.179 ha. Para fortalecer e apoiar a agricultura familiar, o Governo do Estado do Ceará vem implementando diversas políticas públicas que precisam constantemente ser reforçadas, como ações para fomentar a produção, distribuição de sementes, oferta de assistência técnica, incentivo a projetos produtivos, implantação de equipamentos públicos, projetos de mecanização agrícola, projetos voltados para jovens, acesso a créditos, seguro safra, programas de capacitação, entre outros. Além disso, são realizadas feiras e eventos para estimular a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Mesmo com os investimentos realizados pelo Governo do Estado, ainda se enfrentam diversos desafios, devido às características climáticas e geográficas das regiões, o que reforça ainda mais a importância desses investimentos e acompanhamentos junto aos agricultores do Estado, pois mesmo com esses desafios a agricultura familiar no Ceará tem mostrado resiliência e importância na produção de alimentos saudáveis, na geração de empregos e na manutenção do desenvolvimento sustentável no Estado.

Público Alvo: Agricultores(as) familiares, povos originários e comunidades tradicionais, e suas organizações econômicas, representações sociais e técnicos.

Objetivo Específico

Título: 211.1 - Ampliar a produção da Agricultura Familiar, com adoção de técnicas inovadoras, sustentáveis, qualificações, assistência técnica e promoção de acesso ao mercado.

Entregas

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: CAPACITAÇÃO PARA JUVENTUDE REALIZADA

Definição: Trata-se de capacitações, pela realização de seminários, oficinas, cursos de curta e média duração, entre outros, objetivando o empoderamento, inclusão e capacitação de jovens para as diversas atividades da agricultura familiar, contribuindo com sua autonomia e melhoria de renda no seu núcleo familiar. Considera-se jovem a pessoa entre 15 e 29 anos, nos termos do Estatuto da Juventude, fruto da Emenda à Constituição Federal nº 65/2010.

Título: CAPACITAÇÃO PARA MULHER REALIZADA

Definição: Trata-se de capacitações, pela realização de seminários, oficinas, cursos de curta e média duração, entre outros, objetivando o empoderamento, inclusão e capacitação de mulheres de assentamentos, reassentamentos, povos e comunidades tradicionais, para as diversas atividades da agricultura familiar, contribuindo com sua autonomia e melhoria de renda do seu núcleo familiar.

Título: CAPACITAÇÃO PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS REALIZADA

Definição: Trata-se de capacitações, pela realização de seminários, oficinas, cursos de curta e média duração, entre outros, objetivando o empoderamento, inclusão e capacitação de assentados, reassentados, povos originários e comunidades tradicionais para as diversas atividades da agricultura familiar, contribuindo com a autonomia e melhoria de renda das famílias nestas comunidades.

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se a oficinas, seminários, cursos, intercâmbios e capacitações, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento organizacional de agricultores(as) familiares, suas organizações econômicas e representações sociais.

Título: EQUIPAMENTO ESTRUTURADO

Definição: Consiste na reforma, ampliação e estruturação de equipamentos entregues aos municípios.

Título: EQUIPAMENTO IMPLANTADO

Definição: Consiste na implantação de infraestrutura física de apoio à produção, comercialização e beneficiamento dos produtos oriundos da produção agropecuária, entregue à sociedade em funcionamento, como, por exemplo, Centro de Comercialização, Casa de Mel, abatedouros, entre outros. No caso dos abatedouros, considera-se implantado quando o Governo do Estado finaliza sua parte e disponibiliza o equipamento ao município, e não necessariamente quando é colocado em funcionamento.

Título: ESPAÇO MANTIDO

Definição: Refere-se à manutenção de equipamentos agropecuários, espaço utilizado para realização de atividades como feiras, exposições, dia de campo, seminários, palestras, oficinas e cursos para os produtores rurais.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Consiste em acontecimentos temporais promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado, com o objetivo de fomentar o ambiente de negócios, divulgando os diferenciais competitivos dos produtores da agricultura familiar, além de proporcionar a aproximação entre produtores, atacadistas, varejistas e consumidores finais a nível local, regional e estadual, como feiras da agricultura e exposições.

Título: FAMÍLIA BENEFICIADA

Definição: Trata-se de famílias de agricultores familiares beneficiados com financiamento/elaboração de projetos agrícolas e não agrícolas nas atividades por eles desenvolvidas, de acordo com a viabilidade socioeconômica e ambiental das unidades produtivas a serem encaminhadas aos agentes financeiros.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** INSTITUIÇÃO APOIADA
- Definição:** Refere-se a entidades que recebem apoio para manutenção de suas atividades como: apoio ao gerenciamento, à coordenação e à implementação geral do projeto, incluindo, entre outras atividades: (i) coordenação interinstitucional; (ii) planejamento, monitoramento e avaliação; (iii) administração fiduciária (procedimentos financeiro e de aquisição); (iv) gestão e implementação das salvaguardas ambientais e sociais, engajamento dos cidadãos e mecanismos de reparação de queixas; (v) estudos, (vi) estratégia de comunicação e de divulgação; (vii) suporte aos componentes do projeto, por meio da manutenção da equipe técnica, contratação de consultores e serviços; e (viii) aquisição de software e equipamentos, entre outros. Entre as entidades apoiadas, estão Ematerce, Sisar, Funceme, entre outras.
- Título:** MATERIAL CONCEDIDO
- Definição:** Consiste na compra de equipamentos de infraestrutura, em forma de kit, para realização de feiras da agricultura familiar. Os kits são compostos por balança eletrônica, barracas, freezer horizontal, caixas plásticas, entre outros equipamentos, e são doados para entidades e/ou agricultores.
- Título:** PLANO ELABORADO
- Definição:** Consiste na implantação de Planos de Desenvolvimento Comunitário, para fortalecimento das capacidades dos beneficiários, reforçando as suas organizações para melhorar a gestão dos sistemas de produção e dos recursos naturais, gerindo de forma efetiva os empreendimentos associativos e os processos de desenvolvimento comunitário, acessando as políticas e programas públicos e participação no processo de desenvolvimento no âmbito territorial local.
- Título:** PRODUTO CLASSIFICADO
- Definição:** Consiste em determinar as características intrínsecas e extrínsecas de um produto vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com base em padrões oficiais, físicos e descritivos, sujeito a Organização Normativa, a Supervisão Técnica, e a Controle e Fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), gerando emissão de laudo de classificação e certificado de classificação, que dará o aval para que o mesmo comercialize o produto apto ao consumo e ou armazenamento e transporte.
- Título:** PRODUTOR ASSISTIDO
- Definição:** Consiste no produtor que recebe Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) contínua e sistemática, por meio de visitas in loco às comunidades e imóveis rurais, utilizando-se de metodologias tais como: visitas, reuniões, demonstrações práticas, excursões, intercâmbios técnicos, dentre outras, objetivando resultados na execução de todas as atividades desenvolvidas pelo produtor rural ao longo do ano em curso, com vistas à melhoria do desempenho da unidade produtiva.
- Título:** PRODUTOR ATENDIDO
- Definição:** Refere-se ao produtor que recebe atendimento, descontínuo e assistemático, por meio de visitas ao Centro de Atendimento da Ematerce (Ceate), objetivando solicitar a elaboração de documentos como o Cadastro do Agricultor Familiar (CAF), o Guia de Trânsito Animal (GTA), a adesão ao Garantia Safra, o acesso ao Programa Hora de Plantar, a Licença Ambiental Compromissada (LAC), orientações tecnológicas, organizacionais, de certificação e mercadológicas, sobre as atividades agrícolas e não agrícolas, entre outros, e/ou por meio de visitas técnicas in loco.
- Título:** PRODUTOR BENEFICIADO
- Definição:** Refere-se ao produtor rural que possui Cadastro de Pessoa Física (CPF), beneficiado com distribuição de sementes e mudas das principais culturas cultivadas, tais como: milho híbrido, milho variedade, feijão caiapi, feijão Phaseolus, sorgo forrageiro e mamona, e mudas de cajueiro anão precoce e outras frutíferas, manivas de mandioca, raquetes de palma forrageira e mudas de essências florestais nativas e exóticas.

Página 192 de 419



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** PROJETO IMPLANTADO
- Definição:** Consiste na implantação de projetos produtivos de suporte à produção nas diversas atividades do segmento da agricultura, pecuária e não agrícolas, de acordo com a viabilidade socioeconômica e ambiental dos beneficiários e em função das suas respectivas demandas. Dá-se por meio da distribuição de infraestrutura, equipamentos, máquinas, utensílios e sementes, além de incentivo à economia popular solidária, como alternativa de formação e geração de renda na perspectiva do desenvolvimento solidário sustentável e territorial, bem como a gestão efetiva de empreendimentos para implantação de planos de negócio, planos de desenvolvimento comunitários e planos de desenvolvimento no âmbito territorial local.
- Título:** TECNOLOGIA IMPLANTADA
- Definição:** Consiste em tecnologia para captação de água da chuva, com reservatórios de 52 mil litros (cisternas de enxurrada e calçadão), e que tem como objetivo o acesso à água para a produção de alimentos saudáveis, e assim a garantia pelos agricultores(as) de sua segurança alimentar e nutricional, além da possibilidade de comercialização de excedentes.
- Título:** UNIDADE DE ABASTECIMENTO ESTRUTURADA
- Definição:** Refere-se à estruturação física e tecnológica das centrais de abastecimento, contemplando, dentre outras ações, a construção de novas portarias de entrada e saída, galpões e a pavimentação de vias.
- Título:** UNIDADE DE GESTÃO MANTIDA
- Definição:** Refere-se aos serviços de gerenciamento das Unidades de Gestão dos Projetos (UGP) dos acordos de empréstimos, geridas pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário.



Página 193 de 419



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras								
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
CAPACITAÇÃO PARA JUVENTUDE REALIZADA	Unidade	Sim	23	10.000,00	237	48.126,00	260	58.126,00
CAPACITAÇÃO PARA MULHER REALIZADA	Unidade	Sim	18	10.000,00	321	48.126,00	339	58.126,00
CAPACITAÇÃO PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS REALIZADA	Unidade	Sim	34	120.000,00	244	96.252,00	278	216.252,00
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	1.052	3.418.252,00	3.872	13.221.651,00	4.924	16.639.903,00
EQUIPAMENTO ESTRUTURADO	Unidade	Não	2	160.000,00	2	48.126,00	2	208.126,00
EQUIPAMENTO IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	560.346,00	2	48.126,00	3	608.472,00
ESPAÇO MANTIDO	Unidade	Não	1	260.000,00	1	842.271,00	1	1.102.271,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	101	998.189,00	310	3.444.344,00	411	4.442.533,00
FAMÍLIA BENEFICIADA	Unidade	Sim	2.520	2.260.173,00	8.726	326.681.355,00	11.246	328.941.528,00
INSTITUIÇÃO APOIADA	Unidade	Não	4	7.162.485,00	4	25.224.714,00	4	32.387.199,00
MATERIAL CONCEDIDO	Unidade	Sim	120	110.000,00	116	0,00	236	110.000,00
PLANO ELABORADO	Unidade	Sim	0	0,00	240	0,00	240	0,00
PRODUTO CLASSIFICADO	Tonelada	Sim	60.000	100.000,00	180.000	481.260,00	240.000	581.260,00
PRODUTOR ASSISTIDO	Unidade	Não	37.527	26.156.038,00	72.953	95.917.275,00	72.953	122.073.313,00
PRODUTOR ATENDIDO	Unidade	Não	182.439	35.000,00	293.815	129.114,00	293.815	164.114,00
PRODUTOR BENEFICIADO	Unidade	Sim	164.401	28.089.642,00	493.203	130.610.868,00	657.604	158.700.510,00
PROJETO IMPLANTADO	Unidade	Sim	556	31.739.505,00	1.865	120.877.407,00	2.421	152.616.912,00
TECNOLOGIA IMPLANTADA	Unidade	Sim	1.000	125.000,00	7.260	48.127,00	8.260	173.127,00
UNIDADE DE ABASTECIMENTO ESTRUTURADA	Unidade	Não	3	40.000,00	0	144.378,00	3	184.378,00
UNIDADE DE GESTÃO MANTIDA	Unidade	Não	2	12.447.198,00	2	45.356.442,00	2	57.803.640,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 211.2 - Assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares, em caso de perda da produção por estiagem ou excesso hídrico.

Entregas

Página 194 de 419



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: ADESAO REALIZADA

Definição: Refere-se ao processo pelo qual passa o agricultor familiar até de fato ser beneficiado com o seguro da sua adesão, que se inicia com a Inscrição ao Garantia Safra (IGS). Em seguida, é feita a seleção pelo Sistema Garantia Safra e, então, vem a homologação da competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), responsável pelo controle social do programa, sendo efetivada a adesão do agricultor quando o mesmo realiza o pagamento do boleto bancário referente à sua contribuição.

Metas Físicas e Financeiras								
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ADESAO REALIZADA	Unidade	Sim	200.000	25.680.281,00	600.000	465.588.921,00	800.000	491.269.202,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	139.482.109,00	1.228.856.883,00	1.368.338.992,00
DESPESAS CORRENTES	90.398.255,00	745.106.428,00	835.504.683,00
DESPESAS DE CAPITAL	49.083.854,00	483.750.455,00	532.834.309,00
Total	139.482.109,00	1.228.856.883,00	1.368.338.992,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro	2024	2025-2027	Total
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	123.337.781,00	858.213.625,00	981.551.406,00
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	14.599.328,00	45.512.848,00	60.112.176,00
21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.410.000,00	325.130.410,00	326.540.410,00
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	115.000,00	0,00	115.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	20.000,00	0,00	20.000,00
Total	139.482.109,00	1.228.856.883,00	1.368.338.992,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA

Órgão Gestor: 61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

Órgãos Executores

Página 195 de 419

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

Justificativa: O Estado do Ceará é líder nas exportações de pescado no Brasil, tendo como destaque a pesca da lagosta, atuns e peixes vermelhos, e nos cultivos de camarão e tilápias. O Ceará exportou em 2018, US\$ 62,44 milhões em pescados, sendo o principal produtor e exportador de lagosta, com exportações de US\$ 42,08 milhões, seguido por peixes em geral, com US\$ 19,86 milhões, e os peixes ornamentais, com exportações na ordem de US\$ 489 mil. Atualmente, a pesca do atum e afins está se consolidando como nova fronteira econômica dos mares cearenses, com uma captura mensal atingindo uma média de 1.000 toneladas. Uma grande parte dos municípios cearenses tem a pesca e a aquicultura como uma de suas principais atividades econômicas. A renda gerada a partir da exploração de recursos naturais e/ou por meio da aquicultura movimentam as economias locais, refletindo diretamente no desenvolvimento da sociedade cearense, na saúde, na renda, na segurança alimentar, entre outros aspectos.

No setor da aquicultura, a produção brasileira, em 2018, foi de aproximadamente 579.262 mil toneladas (IBGE, 2019); sendo que a aquicultura de água doce (exclusivamente piscicultura) foi responsável por 519.270 toneladas (89,64%) e a aquicultura marinha foi responsável por 59.990 toneladas (10,36%). De acordo com o IBGE (2019), os principais organismos cultivados foram os peixes, com 519.270 toneladas (89,64%); os crustáceos (camarões), com 45.759 toneladas (7,89%); e os moluscos (ostras, vieiras e mexilhões), com 14.231 toneladas (2,46%). O valor da produção aquícola brasileira, em 2018, foi de R\$ 4,9 bilhões, dos quais os peixes foram responsáveis por R\$ 3,3 bilhões (67,35%); os crustáceos (camarões), por R\$ 1,1 bilhão (22,45%); e os moluscos, por R\$ 59,9 milhões (1,22%).

Além disso, segundo o IBGE (2019), a produção aquícola do Estado do Ceará, em 2018, foi de 24.000 toneladas; sendo 13.000 toneladas de camarão marinho, e 11.000 toneladas de tilápias. O perfil dos produtores cearenses mostra que 96% produzem em até 5 hectares (microprodutores); 57% produzem entre 1 e 50 toneladas por ano; 35% possuem licença ambiental; 67% utilizam recursos próprios, em que os principais organismos cultivados são a tilápia e o camarão marinho; 85% realizam o monitoramento da qualidade da água dos cultivos; e 72% possuem algum tipo de assistência técnica.

Destaca-se, assim, a importância da implementação de projetos direcionados para os pescadores e aquicultores familiares do Estado, dada a necessidade urgente de melhoria nos índices por meio da assistência técnica eficiente para a pesca e aquicultura, geração de dados e informações estatísticas, ordenamento da aquicultura em águas públicas, e no apoio à pesquisa e às inovações tecnológicas. Dessa forma, a superação dos desafios proposta para este Programa tem como premissas a redução das desigualdades sociais, por meio de ofertas e entregas governamentais que gerem mais oportunidades para os cearenses, em um ambiente de desenvolvimento economicamente sustentável, ambientalmente sustentável e, principalmente, justo.

Público Alvo: Pescadores, Aquicultores, Marisqueiras, Comunidades Pesqueiras e Tradicionais do Ceará.

Objetivo Específico

Título: 212.1 - Desenvolver a produção pesqueira e aquícola cearense, de forma sustentável e inovadora, contribuindo para a geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o aumento do consumo per capita de pescados.

Entregas

Título: ASSESSORIA REALIZADA

Definição: Refere-se ao apoio técnico para o ordenamento e comercialização da lagosta, do atum, e afins.

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de cursos de qualificação para pescadores e armadores industriais, aquicultores e outros segmentos, caso sejam demandados.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: DOCUMENTO CONCEDIDO	
Definição: Refere-se à concessão de Registro Estadual do Pescador (REP), para identificação da categoria de pescadores e aquicultores, visando facilitar seu acesso às políticas públicas estaduais.	
Título: EQUIPAMENTO IMPLANTADO	
Definição: Consiste na construção de entrepostos para recepção de pescados.	
Título: EVENTO APOIADO	
Definição: Refere-se ao apoio financeiro para a realização de feiras e eventos do setor de pesca esportiva, pesca extrativa e aquícola.	
Título: EVENTO REALIZADO	
Definição: Refere-se à realização de eventos do setor pesqueiro e aquícola.	
Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA	
Definição: Refere-se à realização de inspeção de estabelecimentos registrados, em processo de registro para a obtenção do SIE, e não registrados, com o monitoramento das normas legais e da documentação necessária para pesca, produção, comercialização, armazenagem e transporte do setor pesqueiro e aquícola.	
Título: MATERIAL PUBLICADO	
Definição: Refere-se à publicação de relatório de levantamento cadastral e coleta de dados de produção e comercialização da pesca e aquicultura.	
Título: REGISTRO REALIZADO	
Definição: Refere-se ao apoio técnico para as atualizações e emissões de Registro Geral de Pesca (RGP) dos pescadores, aquicultores, assim como inspeção e licenciamento de embarcações e de outras atividades pesqueiras e aquícolas em geral, por meio do ACT/Mapa.	
Título: SISTEMA IMPLANTADO	
Definição: Refere-se à implantação do sistema de estatísticas de pesca (EstatPesca), para geração de dados de produção e comercialização oriundos da pesca e aquicultura.	

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
ASSESSORIA REALIZADA	Unidade	Sim	7	300.000,00		1.500.000,00	39	1.500.000,00	1.800.000,00
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	9	90.000,00		450.000,00	33	450.000,00	540.000,00
DOCUMENTO CONCEDIDO	Unidade	Sim	14	200.000,00		1.200.000,00	42	1.200.000,00	1.400.000,00
EQUIPAMENTO IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	560.000,00		1.770.000,00	3	1.770.000,00	2.330.000,00
EVENTO APOIADO	Unidade	Sim	28	400.000,00		1.260.000,00	100	1.260.000,00	1.660.000,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	10	600.000,00		1.860.000,00	38	1.860.000,00	2.460.000,00
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	122	500.000,00		2.100.000,00	453	2.100.000,00	2.600.000,00
MATERIAL PUBLICADO	Unidade	Sim	14	140.000,00		600.000,00	0	600.000,00	740.000,00
REGISTRO REALIZADO	Unidade	Sim	6	150.000,00		630.000,00	18	630.000,00	780.000,00
SISTEMA IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	120.000,00		0,00	0	0,00	120.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 212.2 - Incrementar a produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, de forma sustentável e inovadora, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda, e segurança alimentar.

Entregas

Título: ALEVINO DISTRIBUÍDO

Definição: Refere-se à distribuição de alevinos (filhotes de peixe) em açudes públicos estaduais, comunitários e em áreas de assentamento.

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de cursos de qualificação para pescadores artesanais, aquicultores, carpinteiros, marisqueiros, e outros segmentos, caso sejam demandados.

Título: EVENTO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio financeiro e técnico concedido para a realização de feiras, seminários, entre outros eventos, voltados à pesca e aquicultura familiar.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de feiras, seminários, entre outros, voltados à pesca e aquicultura familiar.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: MATERIAL CONCEDIDO

Definição: Refere-se à entrega dos Kits de Pesca Artesanal e Kit Aquicultor, para utilização nas atividades de pesca e aquicultura em comunidades rurais, realizadas por pescadores e aquicultores artesanais continentais e litorâneos.

Título: PRODUTOR ASSISTIDO

Definição: Refere-se aos pescadores e aquicultores artesanais beneficiados com assistência técnica e extensão rural continuada.

Título: PROJETO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação de projetos de melhoria nas atividades da pesca artesanal e aquicultura familiar, como fábricas de gelo, distribuição de equipamentos, construção de estaleiros, entre outros, por meio de entidades representativas (associações, sindicatos ou colônias de pescadores e ou aquicultores), objetivando melhorar a capacidade de captura, procedimentos de manejo e na produção do pescado.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
MALEVINO DISTRIBUÍDO	Unidade	Sim	15.000,000	2.500.000,00	51.000.000	6.910.000,00	66.000.000	9.410.000,00	
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	7	400.000,00	43	1.500.000,00	50	1.900.000,00	
EVENTO APOIADO	Unidade	Sim	10	400.000,00	41	1.800.000,00	51	2.200.000,00	
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	14	355.000,00	42	1.650.000,00	56	2.005.000,00	
MATERIAL CONCEDIDO	Unidade	Sim	14	330.000,00	42	600.000,00	56	930.000,00	
PRODUTOR ASSISTIDO	Unidade	Não	4.000	1.000.000,00	8.000	3.600.000,00	8.000	4.600.000,00	
PROJETO IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	80.000,00	12	183.239,00	12	263.239,00	

No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	8.125.000,00	27.613.239,00	35.738.239,00
DESPESAS CORRENTES	7.405.000,00	26.113.239,00	33.518.239,00
DESPESAS DE CAPITAL	720.000,00	1.500.000,00	2.220.000,00
Total	8.125.000,00	27.613.239,00	35.738.239,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS		160.000,00	450.000,00	610.000,00
61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA		7.965.000,00	27.163.239,00	35.128.239,00
Total		8.125.000,00	27.613.239,00	35.738.239,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

213 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Órgão Gestor: 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgãos Executores

- 31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
- 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Justificativa: De acordo com o Censo Agrícola 2017/2018, o segmento primário da agropecuária cearense é composto por atividades de pecuária, agriculturas de sequeiro e irrigada, e aquicultura; emprega 928,6 mil pessoas, que vivem em 394,3 mil propriedades rurais com 6,9 milhões de hectares. O agronegócio cearense tem alcançado, em certos setores, altos níveis de produtividade, dando ao Estado destaque nacional como produtor e exportador de produtos ligados à agropecuária, não havendo como negar o impacto positivo na economia. O agronegócio cearense, em 2021, teve um Valor Bruto da Produção total (VBP total) de aproximadamente R\$ 10,4 bilhões, com a pecuária respondendo por 50,8% (R\$ 5,27 bilhões), a aquicultura por 6,8% (R\$ 704 milhões) e a agricultura por 42,4% (R\$ 4,39 bilhões).

Historicamente, o Ceará enfrenta problemas com o fenômeno da seca, mas tem avançado na gestão de seus recursos hídricos, identificando e incorporando novas tecnologias, otimizando o uso eficiente da água, principalmente para o setor agropecuário. O Estado ainda possui dificuldades no repasse e aplicação destas tecnologias, possuindo 95% de sua área em regime de sequeiro, dependendo diretamente da estação da chuva. Esta área é responsável por 40% do VBP do setor, enquanto a agricultura irrigada, com área cultivada de 5%, é responsável por 60%. A introdução de novas tecnologias de produção, além de elevar a produtividade, reduz impactos ambientais e melhora a qualidade dos produtos o que favorece a ampliação do mercado e a exportação. Diante deste quadro torna-se necessário a implantação de políticas públicas continuadas e direcionadas para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário do Estado.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) entende que o desenvolvimento do agronegócio está vinculado à capacidade de crescimento da economia estadual, com geração de emprego e renda, mediante aproveitamento sustentável dos recursos naturais e humanos, num ambiente de negócio favorável ao empreendedorismo e à inovação tecnológica e administrativa. O potencial de crescimento do agronegócio cearense será aumentado se for baseado numa forte integração aos mercados nacional e internacional, como garantia da manutenção da eficiência no uso dos recursos disponíveis, especialmente a infraestrutura hídrica.

Público Alvo: Agricultores e pecuaristas com foco empresarial e profissionais da área, cooperativas e associações de produtores, indústria e demais setores da cadeia produtiva.

Objetivo Específico

Título: 213.1 - Desenvolver a gestão e a produção do agronegócio no Estado.

Entregas



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: ATENDIMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de atendimentos técnicos aos empreendimentos/produtores rurais, por meio de visitas periódicas, promovendo a difusão de tecnologias e o estímulo da produção agropecuária sustentável.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ATENDIMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	109	50.000,00	327	170.000,00
					436	220.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 213.2 - Promover e oportunizar negócios e produtos das cadeias produtivas do agronegócio

Entregas

Título: EVENTO APOIADO

Definição: Refere-se à participação da SDE e/ou suas vinculadas, como apoiadoras, em eventos sobre temas relevantes para o setor do agronegócio.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se aos eventos realizados pela SDE e/ou suas vinculadas, sobre temas relevantes para o setor do agronegócio do Estado do Ceará.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
EVENTO APOIADO	Unidade	Sim	10	50.000,00	30	150.000,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	11	20.000,00	33	60.000,00
					44	80.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 213.3 - Promover a inovação tecnológica e diversificar a produção do agronegócio.

Entregas

Título: CAPACITAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização de eventos para a qualificação de técnicos e produtores dos diversos setores do agronegócio do Estado do Ceará.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: CENTRO DE INOVAÇÃO IMPLANTADO
Definição: Refere-se à implantação de Centros de Tecnologias em Cultivo Protegido (CTCP), visando a inovação tecnológica para a produção agrícola, em ambiente protegido, uma maior agregação de valor à produção e menor consumo de água.

Título: PRODUTO CERTIFICADO
Definição: Refere-se à avaliação de conformidade de produtos relacionados ao agronegócio e à agricultura familiar.

Título: PRODUTOR BENEFICIADO
Definição: Refere-se aos produtores do agronegócio e agricultura familiar atendidos com prestação de serviços técnicos e tecnológicos para controle de qualidade de seus produtos, visando comercialização dentro e fora do Estado.

Título: SERVIÇO OFERTADO
Definição: Refere-se à implantação de serviços de consultoria técnica, cujo público-alvo são produtores rurais, com a co-participação destes e parceiros por meio de consultorias específicas, promovendo a difusão de tecnologias, a capacitação técnica e o estímulo da produção agropecuária sustentável.

Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA
Definição: Refere-se à validação de inovações tecnológicas para a modernização dos diferentes setores das cadeias produtivas, podendo ser: novas culturas com valor agregado, novos processos produtivos para culturas tradicionais ou modernizações em T.I., seguindo para relatório técnico com informações qualitativas sobre o modelo/unidade produtiva.

Metas Físicas e Financeiras										
Entregas			2024				2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro		
CAPACITAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	32	60.000,00		96	180.000,00		128	240.000,00
CENTRO DE INOVAÇÃO IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	10.170.000,00		3	5.540.000,00		3	15.710.000,00
PRODUTO CERTIFICADO	Unidade	Sim	9	20.000,00		29	60.000,00		38	80.000,00
PRODUTOR BENEFICIADO	Unidade	Sim	410	40.000,00		2.510	120.000,00		2.920	160.000,00
SERVIÇO OFERTADO	Unidade	Não	17	90.000,00		17	210.000,00		17	300.000,00
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	Sim	5	50.000,00		15	150.000,00		20	200.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 213.4 - Promover o uso eficiente da água no agronegócio.

Entregas

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título: DOCUMENTO PUBLICADO

Definição: Refere-se à realização de estudos sobre o uso eficiente da água para irrigação no Estado do Ceará.
- Título: PRODUTOR BENEFICIADO

Definição: Refere-se aos irrigantes recebendo informações integradas de manejo de irrigação e modernização de sistemas de irrigação, por meio de assessoria técnica prestada por consultores especializados.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas			2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Não	4	50.000,00	4	30.000,00	4 80.000,00
PRODUTOR BENEFICIADO	Unidade	Não	50	100.000,00	50	283.950,00	50 383.950,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	700.000,00	1.953.950,00	2.653.950,00
DESPESAS CORRENTES	490.000,00	1.273.950,00	1.763.950,00
DESPESAS DE CAPITAL	210.000,00	680.000,00	890.000,00
INVESTIMENTOS ESTATAIS	10.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
Total	10.700.000,00	6.953.950,00	17.653.950,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	60.000,00	180.000,00	240.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	150.000,00	450.000,00	600.000,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	490.000,00	1.323.950,00	1.813.950,00
56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.	10.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
Total	10.700.000,00	6.953.950,00	17.653.950,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Gestor: 560000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgãos Executores

56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Justificativa: O Estado do Ceará é um grande produtor agropecuário, se destacando na produção de frutas, um setor gerador de grande impulso à economia, especialmente no que diz respeito às exportações. As principais frutas exportadas foram mangas, melões, limões e limas, melancias, bananas, maçãs, mamões (papaya) e uvas, dentre outros. O Ceará é um Estado considerado Livre de Febre Afosa com Vacinação, reconhecido internacionalmente, onde as campanhas de vacinação coordenadas pela Adagri vêm obtendo índices acima de 90%.

O Estado possui um serviço de inspeção de produtos de origem animal atuante, em que 112 agroindústrias registradas estão comercializando seus produtos em todo o território estadual. Para se manter e ampliar a posição positiva do Ceará nos mercados interno e externo, faz-se necessário atender e fortalecer a defesa agropecuária cearense. Neste intuito, é imprescindível que o Estado fortaleça os serviços voltados para atender este avanço, que vem garantido incrementos positivos cada vez mais crescentes nos indicadores econômicos do Ceará.

A defesa sanitária é responsável por prevenir e impedir a introdução, disseminação e estabelecimento, no território cearense, de pragas e doenças em vegetais e animais economicamente importantes no Estado do Ceará. Diante disso, faz-se necessário que as ações estejam voltadas para proteger o patrimônio agropecuário do Ceará. Realiza-se, no âmbito do Programa, a vigilância ativa em propriedades e áreas de risco em todo o Estado, a fim de monitorar e resguardar a sanidade dos rebanhos e dos cultivos, demonstrando a necessidade de manutenção das atividades permanentes da Adagri, de forma que não haja risco de introdução ou propagação de doenças e pragas no Ceará, que poderiam causar impactos econômicos substanciais na comercialização de produtos. Para manter os status sanitários conquistados ao longo desses anos, atendendo aos programas oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como os protocolos internacionais, a Agência é obrigada a realizar rotineiramente levantamentos e monitoramentos em eventos agropecuários regulares e irregulares, bem como colir a produção e comercialização de produtos clandestinos, ou seja, sem registro de inspeção em todo o Estado.

Público Alvo: Produtores rurais, consumidores, técnicos da defesa agropecuária, agroindustriais, empresas de comércio de produtos e insumos agropecuários.

Objetivo Específico

Título: 214.1 - Proporcionar maior segurança fitossanitária ao comércio interestadual e internacional, pela identificação de ameaças à manutenção de status das Áreas Livres de Pragas.

Entregas

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à inspeções fitossanitárias voltadas, essencialmente, à detecção precoce das pragas quarentenárias como: Sigatoka Negra, Moko da Bananeira, Pragas dos Citros e pragas de importância econômica, como Ferrugem Asiática e Bicudo do Algodoeiro.

Título: MONITORAMENTO REALIZADO

Definição: Refere-se ao monitoramento de pragas como *Anastrepha grandis* e *Bactrocera carambolae*, para a manutenção do status de Área Livre de *Anastrepha Grandis* e manutenção do status de Baixo Risco para *Bactrocera carambolae*, garantindo, assim, a qualidade dos produtos.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras								
Entregas		2024			2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	890	684.500,00	3.147	2.355.000,00	4.037	3.039.500,00
MONITORAMENTO REALIZADO	Unidade	Sim	1.632	78.450,00	5.765	258.000,00	7.397	336.450,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 214.2 - Proporcionar maior segurança na aplicação de agrotóxicos, bem como ao consumidor.

Entregas

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA
Definição: Refere-se às fiscalizações realizadas mensalmente, verificando, principalmente, o armazenamento e descarte de embalagens de agrotóxicos, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), uso do receituário agrônômico e a aplicação no campo.

		Metas Físicas e Financeiras								
		Entregas		2024			2025 - 2027		Total*	
	Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	634	80.700,00	2.240	243.000,00	2.874	323.700,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 214.3 - Garantir a inocuidade das sementes e mudas comercializadas, mitigando os riscos fitossanitários ao consumidor.

Entregas

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA
Definição: Refere-se às fiscalizações realizadas, verificando, principalmente, se o comerciante possui o Registro Nacional de Sementes e Mudas (RenaseM), o armazenamento das sementes, a documentação de origem, entre outras situações.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas				2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	169	35.880,00	605	108.000,00	143.880,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 214.4 - Garantir a segurança e a qualidade de produtos de origem animal, bem como de sua produção.

Entregas

Título: EQUIPAMENTO DE INOVAÇÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à construção do Complexo Laboratorial de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, a fim de cassar a dependência dessas análises técnicas de outras instituições, fato que dará mais credibilidade ao serviço desempenhado pela Adagri, tanto na área de doenças infecciosas de notificação obrigatória, como na área de análises de alimentos produzidos pelas agroindústrias registradas no Serviço de Inspeção Estadual (SIE/Adagri).

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de seminários regionais com toda a sociedade municipal interessada no tema de "Alimento Seguro: A Inspeção de Produtos de Origem Animal como Ferramenta da Garantia da Saúde", o qual abordará a importância da inspeção e certificação de produtos de origem animal.

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à busca ativa de estabelecimentos que produzem alimentos clandestinamente.

Título: INSTITUIÇÃO CAPACITADA

Definição: Consiste em capacitar os atores que estão diretamente em contato com a fiscalização do trânsito no Estado, pela prática diária da movimentação de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, documentação necessária e aspectos higiênico-sanitários envolvidos na rotina.

Título: PROFISSIONAL CAPACITADO

Definição: Consiste em desenvolver, junto com as prefeituras, a implantação dos serviços municipais de inspeção, por meio do convênio já existente com a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), a fim de garantir à população acesso a alimentos de origem animal inspecionados e certificados.

Título: SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se ao desenvolvimento de um sistema informatizado para verificar melhor os dados gerados nos trabalhos de campo, considerando que já existe formulário definido para realização da vigilância ativa em propriedades que ofereçam risco de aparecimento de determinada doença.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
EQUIPAMENTO DE INOVAÇÃO IMPLANTADO	Unidade	Sim	0	50.000,00	1	600.000,00	1	650.000,00	
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	5	10.000,00	14	36.000,00	19	46.000,00	
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	65	504.986,00	195	991.753,00	260	1.496.739,00	
INSTITUIÇÃO CAPACITADA	Unidade	Sim	32	10.000,00	0	60.000,00	32	70.000,00	
PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade	Sim	24	10.000,00	72	33.000,00	96	43.000,00	
SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	510.000,00	0	210.000,00	1	720.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 214.5 - Qualificar e promover a defesa agropecuária no Estado do Ceará.

Entregas**Título:** AÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à implantação de blitz volante no Estado, por meio de parceria da Adagri com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e Secretaria da Fazenda (Sefaz), a fim de combater o extravio de divisas relacionados à clandestinidade de animais e vegetais, produtos e subprodutos, que, por ventura, possam ameaçar a saúde humana, os status sanitários e fitossanitários conquistados, bem como diminuir prejuízos com a sonegação de impostos.

Título: FISCALIZAÇÃO IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação efetiva de barreiras zootossanitárias no Estado, com estrutura física e equipamentos necessários ao bom desempenho dos servidores, a fim de resguardar e garantir a sanidade animal e vegetal, bem como os status sanitários e fitossanitários adquiridos, como o de Livre de Febre Afosa com Vacinação, Área Livre de Anastrepha grandis, Áreas Livres de Sigatoka Negra e Moko da Bananeira, para os quais o controle do trânsito é condição importante.

Título: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se às atividades de fiscalização em campo promovidas com recursos da união para procurar colir a proliferação de pragas e doenças de animais vegetais e seus derivados no Estado do Ceará.

Título: NÚCLEO MANTIDO

Definição: Refere-se à manutenção das Unidades Locais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), onde o produtor procura atendimento para serviços disponíveis presencialmente no interior do Estado.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: PRODUTOR BENEFICIADO
Definição: Refere-se ao produtor indenizado pelas perdas provocadas por agente causador de doença ou praga contemplada em Programa Oficial de Sanidade e que se enquadraria nas normas dos programas oficiais de sanidade agropecuária.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	707	588.320,00	2.573	1.740.000,00	3.280	2.328.320,00	
FISCALIZAÇÃO IMPLANTADA	Unidade	Sim	11	110.000,00	0	100.000,00	11	210.000,00	
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	Sim	280	32.500,00	840	300.000,00	1.120	332.500,00	
NÚCLEO MANTIDO	Unidade	Não	40	230.621,00	40	747.097,00	40	977.718,00	
PRODUTOR BENEFICIADO	Unidade	Não	15	300.000,00	15	900.000,00	15	1.200.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	3.235.957,00	8.681.850,00	11.917.807,00
DESPESAS CORRENTES	2.505.957,00	7.681.850,00	10.187.807,00
DESPESAS DE CAPITAL	730.000,00	1.000.000,00	1.730.000,00
Total	3.235.957,00	8.681.850,00	11.917.807,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	2024	2025-2027	Total
	2.935.957,00	7.781.850,00	10.717.807,00
56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	300.000,00	900.000,00	1.200.000,00
Total	3.235.957,00	8.681.850,00	11.917.807,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

2.2 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Resultado Temático: População orientada à Inovação e produção científicas, tecnológicas e sociais, difundidas e promovidas de forma sustentável, regionalizada e inclusiva, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico.

Indicadores do Tema



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Número de empregos e/ou trabalhos gerados em setores intensivos em Ciência, Tecnologia e Inovação
Unidade de medida: Unidade
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral*	-	-	191,00	225,00	230,00	260,00

*Esta(s) dimensão(ões) do indicador será(ão) calculada(s) pela primeira vez neste PPA.

Título: Número de propriedades intelectuais depositadas e/ou registradas
Unidade de medida: Unidade
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral*	-	-	229,00	275,00	306,00	352,00

*Esta(s) dimensão(ões) do indicador será(ão) calculada(s) pela primeira vez neste PPA.

Título: Percentual de municípios atendidos com ações de popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação
Unidade de medida: Percentual
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	21,20	19,02	19,02	19,02	19,02

Título: Número de empreendimentos inovadores formalizados
Unidade de medida: Unidade
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral*	-	-	63,00	115,00	116,00	126,00

*Esta(s) dimensão(ões) do indicador será(ão) calculada(s) pela primeira vez neste PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Desenvolvimento da Maturidade Tecnológica (DTRL)

Unidade de medida: Unidade

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	3,82	3,00	3,00	3,00	3,00

221 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Órgão Gestor: 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgãos Executores

31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ

Justificativa: O conhecimento e a informação exercem papéis fundamentais, sendo as tecnologias de informação e comunicação seu elemento propulsor. O fortalecimento da pesquisa científica, aliado à estruturação de unidades de ciência e tecnologia, é imprescindível para alocar pesquisadores, estudantes e empreendedores, com vistas à ampliação e melhoria da oferta de serviços científicos e tecnológicos. As políticas públicas de Ciência e Tecnologia, contribuem efetivamente para o desenvolvimento social economicamente sustentável do Ceará, proporcionando melhoria da produtividade, bem como gerando benefícios oriundos da competitividade da indústria cearense.

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), os Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação revelam queda de 8,2% no investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil em 2020, apontando que o país precisa melhorar o ecossistema de pesquisa e desenvolvimento para avançar no ranking de inovação. Segundo o MCTI, o Governo Federal tem o compromisso de recuperar os investimentos em ciência e tecnologia, e usar a pesquisa e o desenvolvimento para enfrentar os desafios nacionais.

A interiorização do desenvolvimento científico e tecnológico é um dos principais desafios do Programa Ceará Científico e Tecnológico. Portanto, são imprescindíveis ações de popularização da ciência, extensão tecnológica e fomento em P&D, para o desenvolvimento integrado da Ciência e Tecnologia, gerando e disseminando o conhecimento, aumentando a competitividade, reduzindo as desigualdades sociais e alavancando a geração de emprego e renda, conforme a estratégia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Público Alvo: Instituições públicas, estudantes, pesquisadores, produtores rurais, empresas do setor da indústria, entidades corporativas (cooperativas e associações), empreendedores, investidores e empresas.

Objetivo Específico

Título: 221.1 - Expandir, difundir e popularizar a Ciência, Tecnologia e Inovação.

Entregas



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

- Título:** BOLSA CONCEDIDA

Definição: Refere-se à concessão de bolsas para programas de excelência e transferência de conhecimento científico, tecnológico e de Inovação no Ceará e para as ações finalísticas da Funcap, como o Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem) e o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), entre outros.
- Título:** EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se a eventos científicos e de popularização da ciência realizados pela Secitece e pelo Nutec, em todas as regiões do Estado do Ceará, como oportunidade de estimular o interesse da população para essa área do conhecimento.
- Título:** PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio financeiro e gerencial para programas de excelência e transferência de conhecimento científico, tecnológico e de inovação no Ceará e para as ações finalísticas da Funcap e Secitece, como o Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem) e o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), entre outros.

Metas Físicas e Financeiras							
Entregas		2024		2025 - 2027		Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	50	4.411.604,00	140	22.095.000,00	26.506.604,00
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	36	1.340.000,00	135	5.220.000,00	6.560.000,00
PROJETO APOIADO	Unidade	Não	41	8.066.200,00	41	30.219.600,00	38.285.800,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 221.2 - Potencializar o desenvolvimento científico e tecnológico, por meio do fomento à pesquisa e da atração e fixação de pesquisadores em todas as regiões do Estado.

Entregas

- Título:** BOLSA CONCEDIDA

Definição: Refere-se à concessão de bolsas que estimulam a expansão de recursos humanos qualificados e projetos de inovação em políticas públicas com o objetivo de promover a regionalização, a interiorização e a fixação dos pesquisadores no Ceará, como a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI), o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR), o Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS), o Acordo Capes e o Acordo Fiocruz, entre outros.
- Título:** ESTUDO E PESQUISA PUBLICADOS

Definição: Refere-se aos produtos de estudos e pesquisas nas áreas de energia, automação, alimentos, química e materiais, publicadas em revistas técnico-científicas e que possuam ISBN, número DOI e/ou patente, entre outros.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS

Definição: Refere-se às pesquisas científicas e tecnológicas a serem aplicadas na melhoria de processos e produtos destinados ao setor produtivo, à indústria, à academia e à sociedade.

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se ao auxílio financeiro a programas que estimulam a expansão de recursos humanos qualificados e projetos de inovação em políticas públicas com o objetivo de promover a regionalização, a interiorização e a fixação dos pesquisadores no Ceará, como a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI), o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR), o Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS), o Acordo Capes e o Acordo Fiocruz, entre outros.

Título: UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESTRUTURADA

Definição: Refere-se aos laboratórios de ciência e tecnologia reformados, modernizados e equipados para desenvolver pesquisas inovadoras, soluções tecnológicas e serviços técnicos especializados para a sociedade, governo e indústria.

Título: UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à implantação de unidades de ciência e tecnologia, como o Parque Tecnológico de Fortaleza, para o benefício e aproveitamento da população cearense.

Título: UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA MANTIDA

Definição: Refere-se à manutenção dos laboratórios de materiais, química, alimentos, mecânica, elétrica, energia e automação, bem como o Núcleo de Inovação Tecnológica do Nutec.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	450	5.697.800,00	1.460	18.868.200,00	1.910	24.566.000,00	
ESTUDO E PESQUISA PUBLICADOS	Unidade	Sim	16	20.000,00	54	60.000,00	70	80.000,00	
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS	Unidade	Não	23	60.000,00	25	180.000,00	25	240.000,00	
PROJETO APOIADO	Unidade	Não	200	3.282.428,00	230	12.306.300,00	230	15.588.728,00	
UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESTRUTURADA	Unidade	Não	2	120.000,00	4	479.753,00	4	599.753,00	
UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA IMPLANTADA	Unidade	Sim	1	1.390.000,00	3	4.350.000,00	4	5.740.000,00	
UNIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA MANTIDA	Unidade	Não	18	741.357,00	20	2.557.963,00	20	3.299.320,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 221.3 - Viabilizar soluções tecnológicas especializadas e inovadoras para o desenvolvimento industrial sustentável do Estado.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Entregas

- Título:** SERVIÇO ACREDITADO OFERTADO
Definição: Refere-se aos serviços de ensaios e de calibração, ofertados pelo Nutec, que passaram pela avaliação da Cgcre/Inmetro e receberam o reconhecimento formal de competência técnica laboratorial, atendendo aos padrões nacionais e internacionais.
- Título:** SERVIÇO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA REALIZADO
Definição: Refere-se aos serviços técnicos e tecnológicos realizados pelo Nutec, acreditados e não acreditados, nas áreas de alimentos, meio ambiente, energia e materiais.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
SERVIÇO ACREDITADO OFERTADO	Unidade	Sim	36	20.000,00	142	60.000,00
SERVIÇO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA REALIZADO	Unidade	Sim	27.000	120.000,00	88.200	360.000,00
					115.200	480.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 221.4 - Aproximar o meio acadêmico e a gestão pública, identificando soluções de Ciência, Tecnologia e Inovação que podem ser implantadas para a melhoria dos serviços públicos.

Entregas

- Título:** BOLSA CONCEDIDA
Definição: Refere-se à concessão de bolsas de fomento à inovação na gestão pública do Ceará, no âmbito do Programa Cientista Chefe.
- Título:** PROJETO APOIADO
Definição: Refere-se ao apoio a projetos de inovação na gestão pública do Ceará, no âmbito do Programa Cientista Chefe.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	900	24.009.100,00	2.760	128.967.300,00
PROJETO APOIADO	Unidade	Não	80	4.120.800,00	95	22.830.600,00
					95	26.951.400,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	53.399.289,00	248.554.716,00	301.954.005,00
DESPESAS CORRENTES	51.815.177,00	241.773.454,00	293.588.631,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.584.112,00	6.781.262,00	8.365.374,00
Total	53.399.289,00	248.554.716,00	301.954.005,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	3.862.000,00	16.950.000,00	20.812.000,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	48.415.932,00	227.787.000,00	276.202.932,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	1.121.357,00	3.817.716,00	4.939.073,00
Total	53.399.289,00	248.554.716,00	301.954.005,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

222 - INOVA CEARÁ

Órgão Gestor: 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgãos Executores

- 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
- 31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- 31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
- 31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
- 31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ
- 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Justificativa: O acelerado processo de desenvolvimento científico e tecnológico no mundo globalizado, demanda que os diversos atores adotem posturas voltadas para a prática da inovação, em todos os níveis organizacionais. O Ceará é reconhecido por sua excelência na educação básica e por oferecer também cursos de graduação e pós-graduação de alta qualidade. Sua estrutura de telecomunicações é considerada a melhor do Nordeste, colaborando para que os esforços do Governo do Ceará sejam notáveis, resultando na elevação do Estado para a 11ª posição no Índice de Inovação da Federação das Indústrias. Essa melhoria reflete a necessidade de maiores investimentos nesse segmento, visando impulsionar a competitividade do setor produtivo e a exportação de produtos de alto valor tecnológico.

Aumentar os investimentos em inovação é de extrema importância para impulsionar o potencial competitivo do Ceará, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O Governo está concentrando esforços em uma abordagem estratégica, que estimula a colaboração entre empresas, universidades e instituições de pesquisa, promovendo o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras e a transformação de ideias em negócios lucrativos. Ao impulsionar a inovação, o Ceará se torna um polo atrativo para empresas e investidores,



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

fomentando o desenvolvimento econômico, gerando empregos qualificados, descentralizando a economia, fortalecendo as diferentes regiões do Estado e criando um ambiente propício para uma economia baseada no conhecimento e na tecnologia.

Desta forma, o Programa Inova Ceará tem como objetivo potencializar o relacionamento entre Governo, Academia e Setor Privado em diferentes regiões do Estado, visando melhorar produtos e serviços das empresas locais, propondo torná-las mais competitivas. Com foco na regionalização das ações, o programa busca atender às demandas específicas de cada região, aproveitando seus potenciais e particularidades para estimular cada vez mais a inovação e fortalecer a competitividade em todo o Estado. Ao promover parcerias estratégicas e incentivar a colaboração entre os envolvidos, o programa busca impulsionar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, convertendo ideias em empreendimentos de sucesso. Além disso, busca descentralizar a economia, promovendo o desenvolvimento das macrorregiões do Estado do Ceará.

Com essa abordagem, o programa contribui para o fortalecimento do ambiente de inovação como um todo, a geração de novos empreendimentos inovadores e o crescimento econômico do Estado.

Público Alvo: Instituições de ensino, acadêmicos, empreendedores e empresários, instituições públicas e privadas, ambientes e comunidades de inovação, incubadoras e startups.

Objetivo Específico

Título: 222.1 - Estimular o desenvolvimento econômico baseado na Inovação, pelo surgimento, expansão e consolidação de empreendimentos inovadores e startups, alinhados às potencialidades regionais do Estado.

Entregas

Título: AMBIENTE DE INOVAÇÃO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se ao fortalecimento de ambientes de inovação, por meio de reformas e aquisição de equipamentos, para o desenvolvimento das empresas e melhoria de seus produtos.

Título: AMBIENTE DE INOVAÇÃO IMPLANTADO

Definição: Refere-se à implantação de novos ambientes de inovação, para o desenvolvimento das empresas e melhoria de seus produtos.

Título: EMPREENDIMENTO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio a programas, projetos e atividades de ciência, tecnologia e inovação pela modalidade de subvenção econômica, como também ao apoio técnico/tecnológico a empresas para a melhoria de seus produtos e/ou serviços inovadores.

Título: EMPREENDIMENTO INCUBADO

Definição: Refere-se à incubação de empresas inovadoras de base tecnológica já constituída, com plano de negócios definido que necessita do apoio de ambientes de empreendedorismo e inovação, vinculados ao Governo do Estado, para finalização dos seus produtos e serviços, elaboração de planejamento estratégico, inserção no mercado, espaço físico, quando necessário, entre outros.

Título: STARTUP APOIADA

Definição: Refere-se ao apoio técnico, de gestão, oferta de serviços e recursos financeiros para o surgimento de empreendimentos inovadores e startups no Estado do Ceará, por meio de programas como o Corredores Digitais, os Clusters Econômicos de Inovação, IncubaUece, entre outros.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AMBIENTE DE INOVAÇÃO ESTRUTURADO	Unidade	Não	1	500.670,00		1	1.800.000,00	1	2.300.670,00
AMBIENTE DE INOVAÇÃO IMPLANTADO	Unidade	Sim	1	10.000,00		3	1.800.000,00	4	1.810.000,00
EMPREENHIMENTO APOIADO	Unidade	Sim	581	10.316.392,00		1.895	31.197.600,00	2.476	41.513.992,00
EMPREENHIMENTO INCUBADO	Unidade	Não	4	135.000,00		4	501.000,00	4	636.000,00
STARTUP APOIADA	Unidade	Sim	341	889.000,00		1.135	1.971.000,00	1.476	2.860.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 222.2 - Desenvolver o setor produtivo, por meio da Inovação.

Entregas

Título: ASSESSORIA REALIZADA

Definição: Refere-se a serviços de busca de anterioridade para marcas e patentes, auxílio na correção e redação de patentes, assessoria para outros ambientes de apoio à inovação, voltados à propriedade intelectual.

Título: BOLSA CONCEDIDA

Definição: Refere-se à concessão de bolsas a projetos de inovação para promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Ceará. Envolve, por exemplo, os projetos e programas Cegás, Tecnova, Centelha e o Programa de Inovação Tecnológica (Inovafit), dentre outros.

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se ao apoio financeiro a projetos de inovação, por meio da modalidade de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis), para promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Ceará. Envolve, por exemplo, os projetos e programas Cegás, Tecnova, Centelha e o Programa de Inovação Tecnológica (Inovafit), dentre outros.

Título: REGISTRO REALIZADO

Definição: Refere-se aos depósitos e registros do conjunto de ativos intangíveis de propriedade intelectual, tais como patentes, programas de computador, marcas, direitos autorais, entre outros, que são protegidos com o apoio dos órgãos vinculados à Secitece. Esses ativos representam inovações tecnológicas que oferecem soluções para problemas e desafios específicos da sociedade e do setor produtivo, conferindo vantagens competitivas, promoção da inovação e o impulsionamento da economia local.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
ASSESSORIA REALIZADA	Unidade	Sim	52	120.000,00	168	405.000,00	220	525.000,00	
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	85	2.601.216,00	285	8.103.348,00	370	10.704.564,00	
PROJETO APOIADO	Unidade	Sim	85	5.810.300,00	295	17.730.600,00	380	23.540.900,00	
REGISTRO REALIZADO	Unidade	Sim	36	165.000,00	138	591.000,00	174	756.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 222.3 - Disseminar e potencializar o empreendedorismo e a cultura da Inovação no Estado.

Entregas

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de eventos para disseminar, sensibilizar, apoiar e fomentar o empreendedorismo e a inovação no Estado do Ceará.

Título: PESSOA CAPACITADA

Definição: Refere-se à capacitação de pessoas, por meio de palestras, workshops e hackathons, em eventos de sensibilização e desenvolvimento de negócio inovador, modelagem de negócio, marketing e vendas, modelagem financeira, propriedade intelectual e inovação.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	36	130.000,00	108	480.000,00	144	610.000,00	
PESSOA CAPACITADA	Unidade	Não	3.200	1.490.000,00	3.680	3.960.000,00	3.680	5.450.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	22.167.578,00	68.539.548,00	90.707.126,00
DESPESAS CORRENTES	21.286.908,00	63.565.548,00	84.852.456,00
DESPESAS DE CAPITAL	880.670,00	4.974.000,00	5.854.670,00
Total	22.167.578,00	68.539.548,00	90.707.126,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
	2024	2025-2027	Total
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	2.514.670,00	8.400.000,00	10.914.670,00
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	760.000,00	2.889.000,00	3.649.000,00
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	20.000,00	60.000,00	80.000,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	18.562.908,00	56.440.548,00	75.003.456,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	200.000,00	600.000,00	800.000,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	110.000,00	150.000,00	260.000,00
Total	22.167.578,00	68.539.548,00	90.707.126,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

223 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

Órgão Gestor: 46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgãos Executores

08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
30200003 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Justificativa: A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel cada vez mais relevante na sociedade atual, disponibilizando instrumentos que possibilitam a adoção em massa da informação e do conhecimento, alcançando um grande número de pessoas e locais. Como forma de continuar avançando e possibilitar maiores resultados na execução das políticas públicas, por meio do uso efetivo da TIC, torna-se necessário intensificar as ações para a implementação da transformação digital.

O Governo do Estado do Ceará atribuiu à Empresa de Tecnologia da Informação (Etice), com exclusividade, a responsabilidade de execução dos serviços de TIC, por meio de parcerias, convênios, contratos com empresas terceirizadas, ou demais instrumentos, por meio da Lei Estadual nº 16.727, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu, no âmbito interno da Administração Pública do Estado do Ceará, o programa Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação (HTIC). Atualmente, a carteira de clientes da Etice é composta por 80 órgãos e entidades governamentais e instituições privadas, contemplando cerca de 150 contratos.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

O Cinturão Digital do Ceará (CDC) é a maior rede pública de banda larga do Brasil, com uma extensão de 5.800 Km de fibra ótica e 5.796 pontos instalados, atendendo a 130 municípios cearenses, diretamente pela Etice. O Governo do Estado do Ceará tem empregando grandes esforços em otimizar, de forma contínua, a utilização dos recursos de custeio e investimento em TIC, por meio do compartilhamento das soluções tecnológicas entre os órgãos e entidades da administração, provimento de novas soluções tecnológicas para atender às demandas requeridas pelo serviço público, disponibilização de links de dados e internet de alta velocidade, com qualidade, às unidades administrativas e à população do Estado, impactando positivamente no crescimento econômico do segmento de TIC dentro do Estado.

Público Alvo: Órgãos e entidades governamentais e instituições privadas.

Objetivo Específico

Título: 223.1 - Ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais.

Entregas**Título:** AGENTE PÚBLICO CAPACITADO

Definição: Consiste no empregado público, ocupante de cargo comissionado, exclusivo, e demais colaboradores capacitados para o desenvolvimento de competência profissional nas áreas finalísticas, estratégicas, técnicas e gerenciais, por meio da participação em cursos, oficinas, seminários, congressos e outros tipos de eventos de formação e qualificação profissional. Será considerado para efeito de qualificação de agente público, que o evento tenha carga horária mínima de 8 horas.

Título: CINTURÃO DIGITAL ESTRUTURADO

Definição: Consiste em revitalizar o Cinturão Digital do Ceará (CDC) com equipamentos e softwares mais modernos e robustos, resultando em maior disponibilidade e velocidade de tráfego, para acesso de melhor qualidade aos serviços de TIC providos nessa infraestrutura corporativa.

Título: CINTURÃO DIGITAL MANTIDO

Definição: Consiste em manter a estrutura do Cinturão Digital do Ceará (CDC) íntegra e operacional, com toda a sua velocidade de tráfego, 24 x 7, com disponibilidade de no mínimo 99%, permitindo conexões para acesso aos serviços de TIC providos por meio do CDC, e em caso de falhas ou incidentes, com retorno a sua normalidade no menor espaço de tempo possível.

Título: FIBRA ÓTICA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à quantidade de quilômetros de fibra ótica expandida por ano, ampliando a abrangência do Cinturão Digital do Ceará (CDC), em termos territoriais, para que o maior número de clientes possa ter acesso aos serviços de TIC providos por meio dessa infraestrutura.

Título: INFRAESTRUTURA DE TIC IMPLANTADA

Definição: Contempla ações próprias, ou conveniadas, para implantação de infraestrutura de TIC, hardware, software e instalação de torres de telefonia de Internet, para ampliação da cobertura e atendimento de espaços e equipamentos públicos, e rodovias turísticas, provendo conectividade, por meio de parcerias.

Título: PONTO INSTALADO

Definição: Consiste na instalação de novos pontos ativos de conectividade no Cinturão Digital do Ceará (CDC), por demanda do seu público-alvo ou por diretriz do Governo do Estado, que permita o acesso autorizado a serviços de TIC providos por meio do CDC.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Título: SOLUÇÃO TECNOLÓGICA OFERTADA

Definição: Consiste na oferta de solução tecnológica, para garantir a disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, bem como em desenvolver novas soluções tecnológicas por meio de parcerias, convênios, contratos com empresas terceirizadas, ou demais instrumentos, para atender às demandas requeridas por órgãos e entidades governamentais, de acordo com a Lei Estadual nº 16.727, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu, no âmbito interno da Administração Pública do Estado do Ceará, o programa Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação (HTIC).

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	Não	35	30.440,00	50	118.199,00	50	148.639,00	
CINTURÃO DIGITAL ESTRUTURADO	Unidade	Não	1	318.377,00	1	5.537.000,00	1	5.855.377,00	
CINTURÃO DIGITAL MANTIDO	Unidade	Não	1	22.335.402,00	1	87.116.277,00	1	109.451.679,00	
FIBRA ÓTICA IMPLANTADA	Quilômetro	Sim	1.548	862.000,00	4.644	2.864.524,00	6.192	3.726.524,00	
INFRAESTRUTURA DE TIC IMPLANTADA	Unidade	Sim	3	2.100.000,00	14	2.425.000,00	17	4.525.000,00	
PONTO INSTALADO	Unidade	Sim	2.483	712.000,00	7.467	2.377.938,00	9.950	3.089.938,00	
SOLUÇÃO TECNOLÓGICA OFERTADA	Unidade	Não	180	270.619.016,00	180	1.050.813.639,00	180	1.321.432.655,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	296.977.235,00	1.151.252.577,00	1.448.229.812,00
DESPESAS CORRENTES	292.954.858,00	1.137.736.815,00	1.430.691.673,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.022.377,00	13.515.762,00	17.538.139,00
Total	296.977.235,00	1.151.252.577,00	1.448.229.812,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro		2024	2025-2027	Total
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		2.100.000,00	2.425.000,00	4.525.000,00
30200003 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ		294.820.858,00	1.144.211.399,00	1.439.032.257,00
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO		56.377,00	4.616.178,00	4.672.555,00
Total		296.977.235,00	1.151.252.577,00	1.448.229.812,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

2.3 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Resultado Temático: População com educação profissional de qualidade e inclusiva, articulada com as demandas dos setores econômicos, existentes e emergentes, e com as vocações locais.

Indicadores do Tema

Título: Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE-Médio) das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

Unidade de medida: Adimensional

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	5,60	5,90	6,10	6,30	6,50

Título: Percentual de certificação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2021	80,77	86,00	90,00	95,00	95,00

231 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO

Órgão Gestor: 22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Órgãos Executores

22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Justificativa: O Governo do Ceará assumiu o desafio de implantar a rede de Educação Profissional no Estado, considerando a necessidade de formar profissionais em diversas áreas importantes para o desenvolvimento das regiões que o compõe, assim como o anseio dos estudantes de se inserir no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, o desafio se estende à intencionalidade de melhorar a qualidade da educação nesta etapa de ensino, evidenciando-se na elevação de seus índices. Uma das estratégias foi articular o ensino médio à Educação Profissional, numa oferta em tempo integral aos jovens cearenses.

O projeto teve início em 2008, com 25 escolas que foram adaptadas para atender a essa demanda, contemplando 20 municípios e registrando uma matrícula inicial de 4.181 alunos, distribuídos em quatro cursos técnicos: Enfermagem, Informática, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. Até o ano de 2022, foram implantadas 131 escolas, abrangendo 101 municípios e com uma matrícula de 57.268 alunos, em 54 cursos técnicos.

As escolas que implementam essa oferta funcionam em tempo integral, cumprindo uma carga horária de 5.400 horas ao longo do ensino médio. Essa forma de oferta possibilita ao aluno aprender uma profissão, ao mesmo tempo em que cursa os três últimos anos da educação básica. Entre os anos de 2010 e 2022, já foram formados 161.437 alunos nos diversos cursos ofertados. Nesse mesmo período, pode-se observar o ingresso de cerca de 7% dos alunos concluintes no mercado de trabalho, a despeito de desafios do contexto econômico. Em igual período, esse quantitativo de alunos foi beneficiado com a inserção em diversos campos de estágio. Por meio do estágio os alunos têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades e competências desenvolvidas durante a formação. No período de 2012 a 2018, tivemos 36.828 alunos que conseguiram ingressar no ensino superior, refletindo a qualidade do ensino ofertado, que possibilita mais oportunidades de acesso a esse nível de ensino.

Os dados apontam para a consolidação de uma oferta qualificada do ensino médio, evidenciando-se pelos índices de ingresso no ensino superior, como antes mencionado, assim como o bom desempenho dos alunos em avaliações externas, como o Spaee: as médias observadas no período foram de 307,27 em Língua Portuguesa, e 310,79 em Matemática. Porém, percebe-se que o ingresso no mercado de trabalho ainda não registra um crescimento na mesma proporção que o ingresso no ensino superior. A despeito dos fatores externos que podem ser determinantes, é de extrema importância a continuidade do Programa, com vistas a, apoiando-se nos estudos acerca dos potenciais produtivos de cada região, adequar a oferta dos cursos a essas potencialidades, assim como fortalecer a qualidade dos cursos ofertados, no intuito de preparar melhor os alunos para cenários tão competitivos e dependentes da situação econômica de nosso Estado/pais.

Vale salientar que o projeto de Educação Profissional representa mais uma iniciativa voltada para a ampliação de políticas de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto 20% se destinam a estudantes oriundos de escolas privadas. Além disso, estão sendo desenvolvidas ações voltadas para a oferta de escolarização de cursos que garantam ao estudante do ensino médio da rede pública regular de ensino, a formação profissional técnica, articulada de forma concomitante, que esteja apto a se inserir no mundo do trabalho após concluir essa etapa de ensino. A execução destas ações dependem de autorização do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC).

Público Alvo: População de 14 anos ou mais apta a cursar o ensino médio regular articulado ao ensino técnico.

Objetivo Específico

Título: 231.1 - Ampliar o acesso ao ensino médio articulado à Educação Profissional.

Entregas

Título: ESCOLA IMPLANTADA

Definição: Refere-se à construção de novas unidades escolares, equipando-as de forma a manter suas condições básicas de funcionamento, a fim de continuar o avanço progressivo da política pública de Educação Profissional.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ESCOLA IMPLANTADA	Unidade	Sim	5	2.765.000,00	21	8.280.000,00
* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.						
Objetivo Específico						
Título: 231.2 - Garantir espaços de aprendizagem e serviços educacionais de qualidade da rede pública de ensino médio articulado à Educação Profissional.						
Entregas						
Título: ALUNO BENEFICIADO						
Definição: Refere-se aos alunos beneficiados com infraestrutura educacional de qualidade (fardamento e suprimento de refeições diárias), bem como os insumos necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e práticas educacionais.						
Título: ESCOLA ESTRUTURADA						
Definição: Refere-se à adequação física e estrutural de unidades escolares, já existentes, equipando-as de forma a manter suas condições básicas de funcionamento, a fim de continuar o avanço progressivo da política pública de Educação Profissional.						
Título: ESCOLA MANTIDA						
Definição: Refere-se à manutenção das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), no que concerne a todos os recursos necessários (aporte para o custeio das atividades pedagógicas e administrativas), garantindo assim a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.						
Metas Físicas e Financeiras						
Entregas		2024		2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ALUNO BENEFICIADO	Unidade	Não	59.295	76.066.218,00	61.455	293.397.377,00
ESCOLA ESTRUTURADA	Unidade	Não	133	2.662.600,00	145	16.992.903,00
ESCOLA MANTIDA	Unidade	Não	133	336.654.330,00	145	1.184.018.000,00
* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.						
Objetivo Específico						
Título: 231.3 - Elevar o nível de aprendizagem dos estudantes do ensino médio articulado à Educação Profissional e potencializar as possibilidades para a sua inserção no mundo do trabalho e no ensino superior.						
Entregas						

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

- Título:** ALUNO ATENDIDO
Definição: Alunos inseridos em campo de estágio, conforme a natureza dos cursos ofertados, possibilitando a estes a primeira experiência no mundo do trabalho.
- Título:** ALUNO QUALIFICADO
Definição: Refere-se aos estudantes do ensino médio da rede pública estadual beneficiados com ofertas de cursos de qualificação profissional, cursos técnicos nas formas concomitante, integrado e subsequente.
- Título:** PROFISSIONAL CAPACITADO
Definição: Refere-se à capacitação dos agentes educacionais envolvidos na política de educação profissional, buscando repercutir na elevação do nível de aprendizagens dos alunos, potencializando a inserção no mundo do trabalho e no ensino superior.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Financeiro
ALUNO ATENDIDO	Unidade	Não	19.724	8.400.000,00	24.300	25.200.000,00	24.300	25.200.000,00	33.600.000,00
ALUNO QUALIFICADO	Unidade	Não	0	100.000,00	850	100.000,00	850	100.000,00	200.000,00
PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade	Não	304	17.980.000,00	328	323.733.650,00	328	323.733.650,00	341.713.650,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024		2025-2027		Total
	Fiscal	Extraorçamentário	Fiscal	Extraorçamentário	
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	444.628.148,00		1.851.721.930,00		2.296.350.078,00
DESPESAS CORRENTES	439.297.548,00		1.826.731.027,00		2.266.028.575,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.330.600,00		24.990.903,00		30.321.503,00
Total	444.628.148,00		1.851.721.930,00		2.296.350.078,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro					Total
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		2024	2025-2027		2.276.049.575,00
		441.800.548,00	1.834.249.027,00		
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS			17.472.903,00		20.300.503,00
		2.827.600,00			
Total		444.628.148,00	1.851.721.930,00		2.296.350.078,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

232 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO

Órgão Gestor: 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgãos Executores

22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
30000000 - CASA CIVIL
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS
64000000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE
68000000 - SECRETARIA DA DIVERSIDADE

Justificativa: Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), em 2022, 50% da População Economicamente Ativa do Estado do Ceará encontrava-se fora do mercado de trabalho, observando como um dos motivos dessa situação, a falta de qualificação no atendimento às demandas do mercado. Anteriormente, essa adversidade já havia sido relatada pela Secretaria de Proteção Social (SPS) e pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o qual concluiu que no ano de 2021 existia 439 (quatrocentos e trinta e nove) mil pessoas desocupadas no Estado, e no ano de 2022, período compreendido como pós-pandêmico (Covid-19), e de recuperação econômica, o desemprego continuou em alta. Entretanto, somente no último trimestre de 2022 ocorreu uma redução desse número, devendo-se isso ao aumento no percentual de pessoas exercendo trabalhos informais.

Nesse mesmo cenário, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em novembro de 2021, apontaram que no período entre os anos de 2020 e 2021, aproximadamente 1.100.000 (um milhão e cem mil) cearenses se tornaram pobres apresentando renda familiar per capita entre R\$105,00 (cento e cinco reais) a R\$210,00 (duzentos e dez reais); ou extremamente pobres com renda familiar per capita mensal, igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais). Somado a esses agravos, os avanços tecnológicos têm modificado as relações de trabalho, havendo uma gradativa demanda por mão de obra qualificada e consequentemente exclusão de pessoas com menor grau de qualificação e escolaridade. Cabe ainda ressaltar que o crescimento do número de trabalhadores autônomos reforça a demanda por qualificação destes, uma vez que o êxito dos serviços prestados ou dos produtos comercializados por essa categoria dependerá, em grande parte, do domínio de técnicas e procedimentos adequados e eficazes.

Diante do enorme desafio de oferecer à População Economicamente Ativa do Estado do Ceará, a qualificação adequada aos diferentes tipos de economias regionais, foi que a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), a Secretaria da Proteção Social (SPS), a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) e a Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE) resolveram juntar esforços para a promoção de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nas mais diversas áreas, e adaptados às demandas econômicas regionais.

Uma problemática também encontrada na realidade socioeconômica do estado e que tem merecido uma atenção, por parte dos gestores, vem a ser a existência de jovens "nem-nem", que são pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos que não trabalham e nem estudam, os dados atualizados demonstram que a proporção desses jovens cearenses, no terceiro trimestre de 2022, correspondeu a 28,09% desta população (um total de 628.913,4 jovens). Em termos de curto prazo, esta proporção sofre uma redução de -6,6%, enquanto no longo prazo, a variação foi mais discreta (-0,3%).

Neste sentido é preciso garantir que o programa atenda as características e necessidades de seu público, garantindo a oferta de vagas e o alcance das demandas apresentadas. Finalmente assevera-se que o estado precisa continuar e aprimorar sua atenção dispensada a formação profissional da sua população a fim de garantir que se formem profissionais qualificados e sujeitos protagonistas para se permitir a cidadania ativa de seu povo.

Público Alvo: População economicamente ativa demandante de qualificação profissional.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 232.1 - Incluir social e produtivamente, por meio da qualificação e capacitação profissional, a população economicamente ativa e/ou em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Entregas

Título: AVALIAÇÃO REALIZADA

Definição: Refere-se à realização da Pesquisa de Avaliação de Impacto do projeto Virando o Jogo.

Título: BOLSA CONCEDIDA

Definição: Trata-se da concessão de bolsa, com periodicidade de três a sete meses, para pessoas que participam dos cursos de qualificação profissional da linha de ação Jovem Bolsista, do Projeto Primeiro Passo, Virando o Jogo / Superação e do Programa Bolsa Jovem.

Título: CURSO PARA JUVENTUDE REALIZADO

Definição: Refere-se à oferta de cursos profissionalizantes e destinados à inserção e à autonomia econômica dos jovens.

Título: CURSO PARA LGBTQI+ REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de formações e capacitações profissionais para pessoas LGBTQI+.

Título: JOVEM ATENDIDO

Definição: Refere-se à inserção de jovens estudantes do ensino médio, com idade entre 16 a 21 anos, em estágio não obrigatório nos órgãos, instituições públicas ou empresas parceiras do Programa Primeiro Passo, sob supervisão e sem prejuízo ao processo de formação escolar, nos termos do Decreto Estadual nº 29.704/2009 e da Lei Estadual nº 18.037/2022, que institui o Programa Capacita Ceará.

Título: MATERIAL OFERTADO

Definição: Refere-se a materiais de trabalho ofertados às pessoas que concluíram os cursos do Programa Criando Oportunidades e aos participantes do projeto Virando o Jogo.

Título: PESSOA CAPACITADA

Definição: Refere-se às pessoas capacitadas nos diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de nível técnico e tecnológico, e oficinas de aperfeiçoamento e de inclusão produtiva, ofertadas nos equipamentos sociais localizados em Fortaleza e em municípios do Estado do Ceará.

Título: PESSOA COM DEFICIÊNCIA CAPACITADA

Definição: Referem-se às capacitações realizadas junto a pessoas com deficiência inseridas no serviço de cadastro de currículos e encaminhamento para empresas que não estejam cumprindo as cotas de contratação de funcionários com deficiência.

Título: UNIDADE DE ATENDIMENTO MANTIDA

Definição: Refere-se à manutenção de equipamentos sociais, como os Centros de Inclusão Tecnológica e Social (Cits), o Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (Cepid) e o Núcleo de Iniciação Profissional (NIP), nos quais são realizadas atividades voltadas à (re)inserção social e produtiva de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, como cursos, oficinas, atividades socioculturais, esportivas e paradesportivas.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: UNIDADE EDUCACIONAL ESTRUTURADA

Definição: Refere-se à unidade de ensino profissionalizante, como Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), entre outras, beneficiada com melhorias em suas instalações físicas e laboratoriais, por meio de obras e reformas, aquisição de mobiliário, e equipamentos.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AValiação REALIZADA	Unidade	Sim	0	2.000.000,00	1	0,00	1	2.000.000,00	
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	19.875	5.300.000,00	47.125	12.203.587,00	67.000	17.503.587,00	
CURSO PARA JUVENTUDE REALIZADO	Unidade	Sim	3	10.000,00	9	30.000,00	12	40.000,00	
CURSO PARA LGBTI+ REALIZADO	Unidade	Sim	6	10.000,00	18	30.000,00	24	40.000,00	
JOVEM ATENDIDO	Unidade	Sim	1.000	5.000.000,00	3.000	21.390.668,00	4.000	26.390.668,00	
MATERIAL OFERTADO	Unidade	Sim	4.040	4.250.000,00	12.120	12.050.500,00	16.160	16.300.500,00	
PESSOA CAPACITADA	Unidade	Não	45.360	69.330.652,00	59.708	195.456.250,00	59.708	264.786.902,00	
PESSOA COM DEFICIÊNCIA CAPACITADA	Unidade	Não	25	10.000,00	25	30.000,00	25	40.000,00	
UNIDADE DE ATENDIMENTO MANTIDA	Unidade	Não	8	6.960.237,00	8	21.785.541,00	8	28.745.778,00	
UNIDADE EDUCACIONAL ESTRUTURADA	Unidade	Não	14	810.000,00	14	2.700.000,00	14	3.510.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	93.680.889,00	265.676.546,00	359.357.435,00
DESPESAS CORRENTES	71.258.716,00	262.826.546,00	334.085.262,00
DESPESAS DE CAPITAL	22.422.173,00	2.850.000,00	25.272.173,00
Total	93.680.889,00	265.676.546,00	359.357.435,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro					Total
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		110.000,00	300.000,00		410.000,00
30000000 - CASA CIVIL		21.400.000,00	0,00		21.400.000,00
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR		22.073.479,00	63.000.000,00		85.073.479,00
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ		6.080.000,00	18.240.000,00		24.320.000,00
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL		43.887.410,00	183.896.546,00		227.783.956,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		90.000,00	150.000,00		240.000,00
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS		20.000,00	30.000,00		50.000,00
64000000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE		10.000,00	30.000,00		40.000,00
68000000 - SECRETARIA DA DIVERSIDADE		10.000,00	30.000,00		40.000,00
Total		93.680.889,00	265.676.546,00		359.357.435,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

2.4 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resultado Temático: Sociedade com educação superior de qualidade, inclusiva, produtora de conhecimento, atenta às potencialidades e necessidades regionais, e articulada às dinâmicas da população cearense.

Indicadores do Tema

Título: Percentual de cursos de pós-graduação nas universidades públicas estaduais com desempenho satisfatório

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2020	63,07	81,25	77,46	78,08	78,66

Título: Percentual de cursos de graduação nas universidades públicas estaduais com desempenho satisfatório no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)

Unidade de medida: Percentual

Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2021	16,25	32,03	71,42	75,00	33,98



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Título: Taxa de sucesso na graduação nas universidades públicas estaduais
Unidade de medida: Percentual
Polaridade: Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Geral	2022	52,96	48,80	49,18	51,51	52,45

241 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgão Gestor: 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgãos Executores

- 31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
- 31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- 31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ
- 31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
- 31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Justificativa: A produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico são aspectos fundamentais para o crescimento socioeconômico de um país ou região. A Educação Superior tem como desafio criar oportunidades de ascensão social, gerando impactos positivos sobre a distribuição de renda, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade. Desse modo, nas últimas décadas, a Educação Superior pública, principalmente a partir da expansão geoterritorial e da interiorização das instituições de ensino federais e estaduais, vem buscando a excelência no desenvolvimento de suas atividades e na garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Partindo de uma compreensão mais ampla de acesso à educação, que envolve não apenas o ingresso, mas também a permanência e a qualidade da formação dos estudantes, destaca-se a necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura, formação profissional e contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, de modo a garantir condições efetivas de acessibilidade diante da democratização do ingresso na Educação Superior, sobretudo por meio da implantação das políticas de cotas sociais, étnico-raciais e para pessoas com deficiência. Faz-se necessário investir em políticas de assistência estudantil universais e, especialmente, nos programas de bolsa de permanência universitária, com o objetivo de evitar a evasão e a retenção escolar, viabilizando ao aluno concluir o curso de graduação no tempo regular.

A especificidade da Educação Superior exige dos seus integrantes a constante busca do equilíbrio entre o desenvolvimento dos saberes e inovações produzidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e o compromisso social com o atendimento às demandas que lhes são exigidas. Enquanto isso, compete a cada estado promover a ascensão social dos cidadãos para além do plano local, alcançando o plano nacional. Espera-se contribuir para a discussão, o remodelamento e melhoria da Educação Superior ofertada no Estado, garantindo elevação nas matrículas, e permanência e conclusão nos cursos, que resultarão no desenvolvimento local, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, garantindo, principalmente o pleno funcionamento do Sistema Estadual de Educação (SEE), em consonância com o Sistema Nacional de Educação; com a elevação em 4% ao ano nas novas matrículas, com acompanhamento de profissionais nas áreas específicas, conforme o PNE (Lei Federal nº 13.005/2014).

Público Alvo: Instituições de Ensino Superior, comunidades acadêmicas, organizações de formação tecnológica e população em geral.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Objetivo Específico

Título: 241.1 - Ampliar e consolidar o acesso da população cearense ao ensino superior de qualidade.

Entregas

Título: ALUNO BENEFICIADO

Definição: Refere-se aos alunos de graduação regularmente matriculados, beneficiados pelos programas de assistência estudantil das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, como bolsas de permanência, restaurantes universitários, residências universitárias, estágios remunerados, auxílio para apresentação de trabalhos, entre outros.

Título: BOLSA CONCEDIDA

Definição: Refere-se à concessão de bolsas por meio de programas de permanência universitária que tenham por finalidade promover a igualdade de oportunidades na qualificação acadêmica para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Título: CAMPUS UNIVERSITÁRIO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais beneficiadas com obras e reformas de melhoria nas suas instalações físicas, com aquisição de equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico.

Título: CAMPUS UNIVERSITÁRIO MANTIDO

Definição: Refere-se ao provimento dos campi universitários das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, visando o seu pleno funcionamento.

Título: EQUIPAMENTO ESTRUTURADO

Definição: Refere-se à requalificação do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, em Santana do Cariri, com a aquisição de equipamentos, ampliação e adequação das instalações físicas, mantendo a qualidade da preservação de seus acervos fósseiros, experiência de visitação e qualidade em pesquisa científica.

Título: INSTITUIÇÃO BENEFICIADA

Definição: Refere-se às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, beneficiadas por meio das ações de interiorização da Educação Superior, com aquisições de material permanente, mobiliário, equipamentos de TI, entre outras modalidades de apoio.

Título: VAGA OFERTADA

Definição: Refere-se às vagas ofertadas anualmente na graduação pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, por meio de concurso vestibular, processos seletivos, Universidade Aberta do Brasil (UAB) e programas de primeira e segunda licenciatura.

**SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO****Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega**

Metas Físicas e Financeiras								
Entregas			2024			2025 - 2027		Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
ALUNO BENEFICIADO	Unidade	Não	683.891	5.525.004,00	685.585	17.640.000,00	685.585	23.165.004,00
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Sim	3.180	20.000.000,00	9.810	56.745.728,00	12.990	76.745.728,00
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ESTRUTURADO	Unidade	Não	30	36.452.885,00	27	172.400.643,00	30	208.853.528,00
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MANTIDO	Unidade	Não	37	729.799.047,00	37	2.415.002.343,00	37	3.144.801.390,00
EQUIPAMENTO ESTRUTURADO	Unidade	Não	1	6.050.000,00	1	18.180.000,00	1	24.230.000,00
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	Unidade	Não	5	110.000,00	5	600.000,00	5	710.000,00
VAGA OFERTADA	Unidade	Sim	14.929	5.289.750,00	36.961	17.516.369,00	51.890	22.806.119,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 241.2 - Desenvolver pesquisas científicas de impacto nas universidades públicas estaduais.

Entregas

Título: ALUNO BENEFICIADO

Definição: Refere-se aos alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais beneficiados com intercâmbios realizados em instituições estrangeiras, reconhecidas por sua excelência em ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Título: BOLSA CONCEDIDA

Definição: Refere-se à concessão de bolsas para a capacitação na área de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de formar capital humano de alto nível no Ceará, por meio dos programas institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT), Mestrado, Doutorado e Programa de Apoio a Projetos de Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Título: PROJETO APOIADO

Definição: Refere-se aos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, com apoio interno e/ou de agências de fomento.

Título: VAGA OFERTADA

Definição: Refere-se às vagas ofertadas anualmente para os programas de pós-graduação das IES públicas estaduais, lato sensu (programas de especialização e aperfeiçoamento) e stricto sensu (mestrado e doutorado), nas modalidades presencial e de educação à distância (EaD), inclusive as ofertadas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), objetivando elevar o nível de escolarização da população cearense.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
ALUNO BENEFICIADO	Unidade	Não	18	440.000,00		45		1.080.000,00	1.520.000,00
BOLSA CONCEDIDA	Unidade	Não	1.900	44.281.892,00		2.000		143.187.668,00	187.469.560,00
PROJETO APOIADO	Unidade	Não	2.160	6.425.100,00		2.735		16.785.000,00	23.210.100,00
VAGA OFERTADA	Unidade	Sim	3.091	593.000,00		7.445		1.815.000,00	2.408.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 241.3 - Aproximar o ensino e a pesquisa às necessidades das comunidades, por meio de atividades de extensão.

Entregas

Título: ATIVIDADE REALIZADA

Definição: Refere-se às atividades realizadas conforme as modalidades reconhecidas pela política nacional de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços), executadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas				2024			2025 - 2027		
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Total*
ATIVIDADE REALIZADA	Unidade	Não	904	445.000,00		939		1.425.000,00	1.870.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	855.411.678,00	2.862.377.751,00	3.717.789.429,00
DESPESAS CORRENTES	815.527.853,00	2.681.628.591,00	3.497.156.444,00
DESPESAS DE CAPITAL	39.883.825,00	180.749.160,00	220.632.985,00
Total	855.411.678,00	2.862.377.751,00	3.717.789.429,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Órgão Executor Financeiro				
	2024	2025-2027	Total	
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	4.382.000,00	19.273.847,00	23.655.847,00	
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	437.209.501,00	1.446.471.046,00	1.883.680.547,00	
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	145.486.569,00	477.048.445,00	622.535.014,00	
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	182.073.416,00	598.602.880,00	780.676.296,00	
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	70.281.992,00	215.233.396,00	285.515.388,00	
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	15.978.200,00	105.748.137,00	121.726.337,00	
Total	855.411.678,00	2.862.377.751,00	3.717.789.429,00	

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

242 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgão Gestor: 690000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Órgãos Executores

690000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Justificativa: O Conselho Estadual de Educação (CEE), organizado pela Lei Nº 463 de 31 de dezembro de 1948, como órgão técnico, consultivo, em matéria de educação e cultura. No governo de Virgílio Távora através da Lei no 6.322/1963 constituiu e nomeou os primeiros Conselheiros de Educação. A Constituição Federal-CF/1988, em seu Artigo 211 afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino: § 1º a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. A Constituição do Estado do Ceará, Art. 230 define o CEE como órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado do Ceará, dando-lhe autonomia e o constitui como unidade orçamentária e de despesa, atribuindo-lhe a competência de: baixar normas disciplinadoras dos sistemas estadual e municipal de ensino; interpretar a legislação de ensino; autorizar o funcionamento do ensino particular e avaliar-lhe a qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, LDB/1996, para a educação superior, Art. 10 afirma que os Estados incumbir-se-ão de: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação; autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. No Art. 46 desta lei, atribui aos conselhos a competência para autorizar e reconhecer os cursos e credenciar as instituições de educação superior.

O CEE reafirma suas principais finalidades: normatizar a área educacional no Estado, interpretar a legislação do ensino, aplicar sanções, apreciar o Plano Estadual da Educação (PEE), assim como exercer as demais atribuições constitucionais e legais previstas. Tal abrangência exigem o desenvolvimento e o acompanhamento contínuo de políticas públicas de educação que venham contribuir para a melhoria do ensino superior ofertado pelas Instituições de Ensino Superior - IES do sistema de ensino do estado do Ceará e requerem a implementação de um Programa que possibilite o controle sobre a legalização dessas instituições para que os estudantes formados possam ser titulados. Este Programa se refere as instituições de ensino superior sob a responsabilidade do CEE: Universidades Estaduais (Universidade Estadual do Ceará - Uece, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Universidade Regional do cariri - Urca) e Escolas de Governo: Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia - Sobral, Escola Superior de Contas - Fortaleza, Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE - Fortaleza, Escola de Saúde Pública do Ceará Dr. Paulo Marcelo - Fortaleza, Escola Superior da Magistratura do estado do Ceará - ESMEC - Fortaleza e Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP - Fortaleza.

Público Alvo: Universidades Públicas Estaduais e Escolas de Governo.

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Objeto Específico

Título: 242.1 - Assegurar a adoção de boas práticas de gestão do ensino da educação superior, para o desenvolvimento da educação com qualidade e equidade.

Entregas

Título: ESCOLA LEGALIZADA
Definição: Refere-se ao credenciamento das escolas de governo para conferir legalidade e autorização dos cursos.
Título: INSTITUIÇÃO LEGALIZADA
Definição: Refere-se ao credenciamento das universidades estaduais para conferir a legalidade.

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas			2024			2025 - 2027			Total*
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
ESCOLA LEGALIZADA	Unidade	Sim	2	10.000,00		69.239,00	4	79.239,00	
INSTITUIÇÃO LEGALIZADA	Unidade	Sim	7	10.000,00	27	0,00	34	10.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfere	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	20.000,00	69.239,00	89.239,00
DESPESAS CORRENTES	20.000,00	69.239,00	89.239,00
Total	20.000,00	69.239,00	89.239,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
69000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	2024	2025-2027	Total
	20.000,00	69.239,00	89.239,00
Total	20.000,00	69.239,00	89.239,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

2.5 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Resultado Temático: Estado referência de ambiente competitivo e inovador para negócios sustentáveis, que fomenta as vocações regionais e promove mobilidade social por meio da geração de emprego e renda.



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega****Indicadores do Tema****Título:** Rendimento médio real da Indústria e do setor de Serviços**Unidade de medida:** Real**Polaridade:** Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Para setor de Serviços	2021	2.599,00	2.695,82	2.749,53	2.803,21	2.856,87
Para Indústria	2021	1.848,00	1.891,41	1.925,77	1.960,23	1.994,79

Título: Taxa de crescimento da produtividade da Indústria e do setor de Serviços**Unidade de medida:** Percentual**Polaridade:** Quanto maior, melhor

Dimensão	Referência		Metas			
	Ano	Valor	2024	2025	2026	2027
Para setor de Serviços	2022	-7,60	0,40	0,60	1,00	1,20
Para Indústria	2018	-13,00	0,50	0,50	1,00	1,20

251 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO**Órgão Gestor:** 560000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Órgãos Executores**

560000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

562000003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Justificativa: De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipeec), em 2020, o setor de serviços representou cerca de 67% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Esse dado evidencia a relevância do setor para a economia cearense, demonstrando a sua contribuição significativa para a geração de riquezas e empregos. Igualmente, o comércio também desempenha um papel importante no contexto econômico do Ceará. Em 2020, o setor de comércio representou aproximadamente 16% do PIB do Estado. Essa representatividade demonstra a contribuição do comércio para a atividade econômica e sua influência na geração de renda e desenvolvimento regional.

Outro indicador relevante é o número de estabelecimentos comerciais e de serviços presentes no Ceará. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2021, o Estado contava com, aproximadamente, 78 mil estabelecimentos nesses setores. Essa quantidade expressiva de empresas evidencia a importância do setor de comércio e serviços como um grande empregador e impulsionador da economia local. Segundo dados da Rais (2021), o setor de serviços cearense registrou um saldo positivo de mais de 59 mil empregos formais durante o ano. Isso ressalta o potencial do setor para a criação de postos de trabalho e a redução do desemprego no Estado. Ainda segundo a Rais (2021), o setor de serviços detém um salário médio maior do que a média de salários do estado, sendo R\$ 2.366,27 e R\$ 2.211,88, respectivamente.

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Vale ressaltar que, assim como toda a economia do Estado, o setor de comércio e serviços se encontra bastante concentrado na Grande Fortaleza, com 69,29% do Valor Adicionado Bruto Total (Ipece, 2019). Desse modo, observa-se a necessidade de regionalização do setor para que o desenvolvimento econômico alcance as demais regiões do Estado.

Considerando esses dados econômicos, fica evidente a importância do setor de comércio e serviços para a economia cearense. O fortalecimento desse setor não apenas impulsiona a atividade econômica e a geração de empregos, mas também contribui para o desenvolvimento regional, a diversificação da economia e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Público Alvo: Empresas do setor de Comércio, Serviços e inovação, investidores e setor produtivo.

Objetivo Específico

Título: 251.1 - Desenvolver fornecedores locais, para adensamento de cadeias de valor e aproveitamento de oportunidades de oportunidades de economia circular.

Entregas

Título: AMBIENTE DE NEGÓCIOS APOIADO

Definição: Refere-se à promoção de novos negócios entre compradores e fornecedores locais no Estado do Ceará, por meio da identificação de lacunas de competitividade, nas diferentes regiões de planejamento, criando uma grande rede integrada de fornecedores locais, formalizada por meio de instrumentos jurídicos firmados entre empreendedores parceiros.

Metas Físicas e Financeiras						
Entregas			2024		2025 - 2027	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
AMBIENTE DE NEGÓCIOS APOIADO	Unidade	Sim	4	55.000,00	12	60.000,00
					16	115.000,00

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 251.2 - Desenvolver e ampliar a competitividade do setor de Comércio e Serviços.

Entregas

Título: AMBIENTE DE NEGÓCIOS APOIADO

Definição: Refere-se à atuação estadual por meio de projetos de capacitação, padronização de processos, integração em rede e outras atividades correlatas, para aumento da atração de investimentos nos municípios.

Título: EMPREENDIMENTO ATRAÍDO

Definição: Refere-se às empresas que decidiram vir investir no Ceará e/ou empresas que investiram em expansão.

Título: EMPREENDIMENTO BENEFICIADO

Definição: Refere-se às empresas beneficiadas com projetos de capacitação, consultoria, articulação com a cadeia produtiva e outras atividades correlatas que visem maximar os seus resultados, visando o desenvolvimento econômico.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas****Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega****Título:** EVENTO REALIZADO**Definição:** Refere-se a eventos promovidos/realizados pelo Governo do Estado, com o objetivo de fomentar o ambiente de negócios, divulgando os diferenciais competitivos do Ceará.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras						Total*	
Título	Unidade	Acum.	2024		2025 - 2027		2025 - 2027		
			Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
AMBIENTE DE NEGÓCIOS APOIADO	Unidade	Sim	19	50.000,00	165	150.000,00	184	200.000,00	
EMPREENHIMENTO ATRAÍDO	Unidade	Sim	15	70.000,00	57	190.000,00	72	260.000,00	
EMPREENHIMENTO BENEFICIADO	Unidade	Não	106	1.100.000,00	146	2.850.000,00	146	3.950.000,00	
EVENTO REALIZADO	Unidade	Sim	2	50.000,00	6	150.000,00	8	200.000,00	

*** No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.****Objetivo Específico****Título:** 251.3 - Desenvolver economias regionais, pela atração de profissionais do futuro.**Entregas****Título:** ÁREA BENEFICIADA**Definição:** Refere-se a áreas do Estado com potencial identificado, para receberem projetos de parceria com o Governo do Estado, com foco na atração de profissionais do futuro e novas oportunidades de desenvolvimento.

Entregas		Metas Físicas e Financeiras						Total*	
		2024		2025 - 2027					
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
ÁREA BENEFICIADA	Unidade	Não	1	20.000,00	1	60.000,00	1	80.000,00	

*** No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.**

Eixo / Tema / Programa / Objeto Específico / Entrega

Detalhamento dos Valores do Programa

Esfera	2024	2025-2027	Total
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	1.345.000,00	3.460.000,00	4.805.000,00
DESPESAS CORRENTES	1.325.000,00	3.460.000,00	4.785.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	20.000,00
Total	1.345.000,00	3.460.000,00	4.805.000,00

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

Órgão Executor Financeiro			
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		2024	2025-2027
		1.345.000,00	3.460.000,00
Total		1.345.000,00	3.460.000,00
4.805.000,00			

Obs: Valores orçamentários e extraorçamentários registrados em reais.

252 - DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS

Órgão Gestor: 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgãos Executores

- 08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
- 21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
- 43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
- 56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
- 56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.
- 56200008 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A.

Justificativa: A indústria é o setor da economia que possui maior efeito multiplicador no Produto Interno Bruto (PIB). É consenso na literatura sobre crescimento econômico que o setor industrial exerce, em termos de dinâmica de crescimento, a maior persistência em comparação aos demais setores. Segundo estudo de Veríssimo, Avellar e Vieira (2014) uma elevação de 10% na participação da indústria no PIB tem um impacto entre 0,96% e 1,63% na taxa de crescimento do PIB real per capita a cada 5 anos, representando um aumento médio anual entre 0,19% e 0,32% na taxa de crescimento.

A estrutura produtiva pode ser considerada fator relevante na determinação do crescimento econômico de uma economia. Portanto, se faz necessário atingir níveis mais elevados de produtividade na indústria do Estado, por meio da diversificação da matriz produtiva, modernização tecnológica e inovação, gestão e qualificação do trabalhador e incremento no valor agregado da produção, por meio de um foco em setores de alto valor agregado e setores intensivos em mão-de-obra, de maneira complementar.

Este Programa visa promover políticas e estratégias orientadas para o desenvolvimento econômico sustentável, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente e a incorporação de tecnologias, a fim de promover a sustentabilidade ambiental, a justiça econômica e a mobilidade social.

Público Alvo: Indústrias nacionais e internacionais que já atuam, ou tenham interesse em investir no Estado, cadeia produtiva associada à indústria e população economicamente



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega
--

ativa do Ceará, que possa compor o capital humano da indústria local.

Objetivo Específico

Título: 252.1 - Promover o crescimento da Indústria cearense e a interiorização dos empregos do setor.
--

Entregas

- | |
|--|
| Título: CERTIFICADO CONCEDIDO |
| Definição: Consiste em capacitar e preparar agentes externos de atração de investimentos, que possam fazer articulação entre iniciativa privada, prefeituras, fundos de financiamento, entre outros. |
| Título: DOCUMENTO EMITIDO |
| Definição: Refere-se ao investimento produtivo beneficiado pela Política de Incentivos do Estado do Ceará e materializado, mediante Resolução de Implantação expedida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Condec). |
| Título: DOCUMENTO PUBLICADO |
| Definição: Refere-se ao investimento produtivo beneficiado pela Política de Incentivos do Estado do Ceará e materializado mediante a assinatura de protocolo. |
| Título: EMPREENDIMENTO IMPLANTADO |
| Definição: Consiste em viabilizar a implantação e/ou modernização de parque fabril, a fim de garantir a instalação de empreendimentos de médio e grande porte no Estado do Ceará. |
| Título: EVENTO APOIADO |
| Definição: Refere-se ao apoio concedido a eventos relacionados ao setor industrial. |
| Título: MONITORAMENTO REALIZADO |
| Definição: Refere-se ao monitoramento e acompanhamento das empresas incentivadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, com a realização de acompanhamento à distância, reuniões in loco e visitas ao processo produtivo. |
| Título: PLANO ELABORADO |
| Definição: Refere-se a um plano que visa articular a integração de indústrias, incorporando conceitos da economia circular para desenvolver o Estado de maneira sustentável, por meio de parceria entre órgãos e entidades. |

Eixo / Tema / Programa / Objetivo Específico / Entrega

Metas Físicas e Financeiras									
Entregas		2024			2025 - 2027			Total*	
Título	Unidade	Acum.	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
CERTIFICADO CONCEDIDO	Unidade	Sim	42	40.000,00	141	80.000,00	183	120.000,00	
DOCUMENTO EMITIDO	Unidade	Sim	28	0,00	84	0,00	112	0,00	
DOCUMENTO PUBLICADO	Unidade	Sim	47	0,00	141	0,00	188	0,00	
EMPREENHIMENTO IMPLANTADO	Unidade	Sim	9	66.120.000,00	12	152.455.038,00	21	218.575.038,00	
EVENTO APOIADO	Unidade	Sim	36	55.000,00	114	379.108,00	150	434.108,00	
MONITORAMENTO REALIZADO	Unidade	Não	314	0,00	314	0,00	314	0,00	
PLANO ELABORADO	Unidade	Sim	1	10.000,00	0	30.000,00	1	40.000,00	

* No caso de entregas não acumulativas, o valor total refere-se ao maior valor registrado nos anos de vigência do PPA.

Objetivo Específico

Título: 252.2 - Fortalecer e ampliar a Indústria exportadora do Estado.

Entregas

Título: AÇÃO REALIZADA

Definição: Consiste em formalizar parcerias de trabalho conjunto com outras instituições que trabalhem o tema de internacionalização, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), a Secretaria do Turismo (Setur) e Câmaras Setoriais.

Título: EVENTO APOIADO

Definição: Refere-se aos eventos do setor industrial e sua cadeia produtiva, apoiados pelo Estado como patrocinador, como palestrante, entre outras formas de apoio.

Título: EVENTO REALIZADO

Definição: Refere-se à realização de feira/roadshows, que são as plataformas de apresentação de projetos para potenciais investidores e investimentos, palestras e simpósios, rodadas de negócios, entre outras atividades.

Título: PLANO ELABORADO

Definição: Consiste na elaboração de um plano que visa identificar as principais dificuldades das empresas exportadoras do Estado, identificar indústrias com potencial exportador e ajudar a desenvolver essa potencialidade, levantar a demanda internacional por produtos e suas especificações que sejam consonantes com as vocações regionais do Estado, e organizar ações visando a diversificação da pauta de produtos e parceiros exportados pelo Estado.